

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

DIVISÃO DE PODERES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUDICIALIZAÇÃO

GILMARA CARDOSO

**COMITÊ DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA DE NOVA
SERRANA: ATUAÇÃO RESOLUTIVA E DELIBERATIVA
INTEGRADA POR ÓRGÃOS PÚBLICOS E SOCIEDADE CIVIL**

Belo Horizonte

2021

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

DIVISÃO DE PODERES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUDICIALIZAÇÃO

GILMARA CARDOSO

**COMITÊ DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA DE NOVA
SERRANA: ATUAÇÃO RESOLUTIVA E DELIBERATIVA
INTEGRADA POR ÓRGÃOS PÚBLICOS E SOCIEDADE CIVIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, como um dos requisitos para a conclusão do curso de pós-graduação *latu sensu* Especialização em Divisão de Poderes, Ministério Público e Judicialização.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos

Belo Horizonte

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de crescer como pessoa e como cidadã, a minha família e aos colegas de curso, pelas novas amizades e trocas de experiências e de desejos de mudanças. Ao professor Leonardo Avrtizer pela organização do curso e todos os professores, por serem os desbravadores do ambiente jurídico ainda não colonizado pela Ciência Política. Meu professor e orientador Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos, por todo suporte, conhecimento e segurança passados. A todos do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em especial ao Procurador de Justiça Edson Ribeiro Baeta, pela gentileza e suporte ofertados. Agradeço a todos os integrantes das Promotorias de Justiça de Nova Serrana, ao Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior pelo apoio e ao Promotor de Justiça Diogo Maciel Lazarini pela sugestão do tema e incentivo aos estudos. Agradeço também a Pedro Gomes dos Santos, ao Coronel Wemerson Lino Pimenta e a Promotora de Justiça Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso, pelas entrevistas gentilmente concedidas.

RESUMO

Cidade que se destaca por ser o centro de um grande polo calçadista, Nova Serrana também ganhou repercussão em todo o Estado de Minas Gerais pelos altos índices de criminalidade. O município é sede da Comarca que abrange em seu território também os municípios de Araújos e Perdigoão. Diante de um cenário de grande crescimento da criminalidade, é criado na Comarca de Nova Serrana, no final do ano de 2016, o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública. Integrado por forças de segurança, instituições públicas e sociedade civil, o Comitê passou a desenvolver ações visando à redução da violência na Comarca, por meio de uma atuação conjunta e estrategicamente planejada. A partir de 2017, os índices de criminalidade na Comarca apresentam acentuado declínio. No presente trabalho, nos propusemos a conhecer o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e a analisar como é o seu funcionamento e quais resultados ele obteve. Nossa perspectiva é de que o Comitê de Intervenção pode ser um exemplo de atuação resolutiva do Ministério Público de Minas Gerais, capaz de alcançar respostas rápidas e efetivas para a diminuição da violência e da criminalidade e uma defesa mais eficiente do direito à segurança. Para tanto, empregamos a metodologia de análise descritiva, com inferências qualitativas, com o uso de observação, comparação, estatística descritiva, análise de discurso das entrevistas e interpretação dos documentos levantados e dados obtidos. Empregamos, ainda, a metodologia de análise de redes a fim de observar a integração de atores promovida pelo Comitê como uma rede de políticas públicas. Os dados foram coletados por meio das atas das reuniões do Comitê, entrevistas, pesquisa de documentos e de notícias, levantamento de estatísticas da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e das Promotorias de Justiça de Nova Serrana. A conclusão que chegamos é que o Comitê de Intervenção representa uma importante inovação do agir resolutivo do Ministério Público de Minas Gerais na área do direito à segurança e que obteve importantes resultados porque soube integrar forças com demais órgãos públicos e com a sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Ministério Público. Nova Serrana. instituições políticas. sociais. redes de políticas públicas. atuação resolutiva. deliberativa. crime. violência. redução da criminalidade.

ABSTRACT

Nova Serrana is a city that stands out for being the center of a great footwear pole, it has also gained repercussions throughout the State of Minas Gerais due to the high crime rates. The municipality is the seat of the District that abounds in its territory also the municipalities of Araújos and Perdigoão. Faced with a scenario of great growth in crime, Nova Serrana District is created at the end of 2016, the Strategic Intervention in Public Security Committee. Integrated by security forces, public institutions and civil society, the Committee started developing actions aimed to reduce violence in the District, through a joint and strategically planned action. Since 2017, the crime rates in the District has shown a sharp decline. In this work, we set out to get to know the Strategic Intervention in Public Security Committee of Nova Serrana and to analyze how it works and what results it has obtained. Our perspective is that the Intervention Committee can be an example of resolute action by the Public Ministry of Minas Gerais, capable to achieve fast and effective responses to reduce violence and crime and a more efficient defense of the right to security. For that, we used the methodology of descriptive analysis, with qualitative inferences, with the use of observation, comparison, descriptive statistics, discourse analysis of the interviews and interpretation of the collected documents and obtained data. We also employ the network analysis methodology in order to observe the integration of actors promoted by the Committee as a network of public policies. The data was collected through the minutes of the Committee's meetings, interviews, research of documents and news, survey of statistics by the Minas Gerais Secretariat of Justice and Public Security and the Nova Serrana Public Prosecutor's Office. The conclusion we reached is that the Intervention Committee represents an important innovation in the resolute action of the Public Ministry of Minas Gerais in the area of the fundamental right to security and that it obtained important results because it knew how to integrate forces with other public bodies and with organized civil society.

Keywords: public prosecutor. Nova Serrana. political institutions. social. policy networks. resolute performance. deliberative. crime. violence. reduction of crime.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apac Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

CDL Câmara de Dirigentes Lojistas

CNJ Conselho Nacional de Justiça

Consep Conselho Municipal de Segurança Pública

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSE Centro Socioeducativo

Depen-MG Departamento Penitenciário de Minas Gerais

DRPC Delegacia Regional de Polícia Civil

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

Props Procedimento para Implementação e Promoção de Projetos Sociais

Senai Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Sesp Secretaria de Estado de Segurança Pública, que depois passou a ser designada como Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp)

Suase Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo

Sulot Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia

TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADRO E TABELAS

QUADRO 1 – Interpretação das medidas de centralidade	43
GRÁFICO 1 – Crimes violentos praticados na Comarca de Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019	52
GRÁFICO 2 – Crimes violentos praticados em Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019	52
GRÁFICO 3 – Crimes violentos praticados em Perdigoão nos anos de 2014 a 2019	53
GRÁFICO 4 – Crimes violentos praticados em Araújos nos anos de 2014 a 2019	53
GRÁFICO 5 – Representações feitas por atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de homicídio, tentados ou consumados, e de tráfico de drogas, nos anos de 2014 a 2020	60
FIGURA 1 – Rede de atores do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana	44
FIGURA 2 – Rede de atores e temas do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana	48
TABELA 1 – Instituições Participantes no Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e respectivo número presenças	22
TABELA 2 – Instituições Participantes no Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana por número de reuniões	23
TABELA 3 – Temas tratados nas reuniões	27
TABELA 4 – Estatísticas dos atores centrais	45
TABELA 5 – Registros de crimes violentos praticados nos municípios que compõem a Comarca de Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019	51

TABELA 6 – Crescimento demográfico de Nova Serrana, Perdigão e Araújo entre os anos de 2010 e 2020 54

TABELA 7 – Representações feitas pelo Ministério Público de Nova Serrana, por atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de homicídio, tentados ou consumados, e de tráfico de drogas, nos anos de 2014 a 2020 59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana.....	14
1.1 Características da Comarca de Nova Serrana.....	14
1.2 Criação do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e suas Principais Ações.....	16
2 O Comitê em Funcionamento.....	21
2.1 Estrutura	21
2.2 Atores Envolvidos	22
2.3 Temáticas e Assuntos Discutidos.....	27
2.3.1 Adolescentes e Atos Infracionais.....	28
2.3.2 Ações Preventivas e Educativas.....	30
2.3.3 Violência Doméstica.....	32
2.3.4 Execução de Penas Privativas de Liberdade.....	32
2.3.5 Estrutura Policial.....	34
2.3.6 Verbas e Recursos.....	38
2.3.7 Assuntos Diversos.....	40
3 Redes de Participação	43
3.1 Análise dos atores.....	43
3.2- Rede de atores e temas.....	48
3.3 Resumo e comentários.....	50
4 O Impacto do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana.....	51
4.1 Estatísticas e ações desenvolvidas diretamente pelas forças de segurança pública atuantes na Comarca de Nova Serrana.....	51
4.2 Ações desenvolvidas na segurança pública da Comarca de Nova Serrana que tiveram como condição necessária a intervenção do Comitê.....	56
4.3 Resultados alcançados pelo Ministério Público de Nova Serrana que tiveram como condição necessária a intervenção do Comitê.....	58
4.4 Mudanças institucionais promovidas pelo Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública da Comarca de Nova Serrana	63

4.5 Resumindo e comentando os resultados.....	66
5 Considerações Finais.....	68
6 Referências.....	73

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso em que se busca produzir dados e explicações que ajudem a entender como funciona o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e quais efeitos ele tem produzido.

Criado no final do ano de 2016, o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública surgiu da necessidade de união de forças de instituições públicas e sociedade civil para lidar com problemas de segurança pública da Comarca de Nova Serrana, que apresentava índices alarmantes de criminalidade e violência.

A partir de 2017, os índices de criminalidade da Comarca tomam trajetória oposta, em franca redução.

Nossa hipótese é a de que as ações desenvolvidas pelo Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana, somadas a outros fatores, tenham sido de suma importância para a diminuição da criminalidade na Comarca, bem como para a promoção do diálogo e da atuação conjunta de suas instituições governamentais, entre si, e com a sociedade civil.

Além disso, partimos do pressuposto de que o Comitê de Intervenção, com a sua forma de atuação, integrando órgãos públicos e entidades da sociedade para deliberar e agir em conjunto, pode ser um caminho para se alcançar respostas rápidas e efetivas para a diminuição da violência e da criminalidade, para além das vias institucionais tradicionais, priorizando a atuação resolutiva, um dos pilares do Ministério Público Brasileiro.

O tema foi escolhido por se apresentar como uma experiência inovadora e bem sucedida, que trouxe benefícios sentidos por mim, como cidadã de Nova Serrana e também como servidora do Ministério Público da mesma cidade, desempenhando minhas funções na 4ª Promotoria de Justiça, a qual tem entre suas atribuições a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Procuramos descrever o processo de criação do Comitê de Intervenção, o seu funcionamento, estrutura e integrantes, bem como entender como são tomadas as suas decisões e quais as ações desenvolvidas, para, num segundo passo, verificar os resultados por ele alcançados na melhoria da segurança pública da Comarca de Nova Serrana.

Buscamos, ainda, analisar o Comitê de Intervenção Estratégica de Nova Serrana como um exemplo de atuação resolutiva do Ministério Público de Minas Gerais e, ainda, qual a sua contribuição para a integração das instituições públicas e entidades civis

locais.

Por ser tratar de um estudo de caso, a metodologia empregada foi a análise descritiva, com inferências qualitativas, utilizando o uso de observação, comparação, estatística descritiva, análise de discurso das entrevistas e interpretação dos documentos levantados e dados obtidos.

Empregamos também a metodologia de análise de redes com a finalidade de verificar se a integração de atores promovida pelo Comitê pode ser considerada uma rede de políticas públicas (*policy networks*) e quais relações esses atores estabelecem entre si e com as ações desenvolvidas.

Os dados foram coletados por meio das atas das reuniões do Comitê, entrevistas com alguns de seus membros e pesquisa bibliográfica, eletrônica e documental sobre o tema, com exame de dissertações e textos jornalísticos.

Buscamos, também, por meio do levantamento de dados e estatísticas da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e das Promotorias de Justiça de Nova Serrana, comparar números e índices relacionados à segurança pública na Comarca, de anos anteriores à criação do Comitê (de 2014 a 2016) com o período posterior (anos de 2017 a 2019).

Para a análise desses dados estatísticos, também levamos em consideração os números do crescimento populacional das cidades que compõem a Comarca, os quais foram informados pelo IBGE.

Com o capítulo inicial, buscamos apresentar características da Comarca de Nova Serrana, descrever como se deu a criação do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública, bem como traçar um esboço de suas principais ações.

O segundo capítulo teve por objetivo fazer uma análise mais detalhada sobre a estrutura do Comitê, os atores que o integram e suas presenças nas reuniões. Também analisamos os assuntos discutidos e as ações desenvolvidas, classificando-os por temas, para facilitar a abordagem.

No terceiro capítulo, empregando a metodologia de análise de redes, buscamos verificar se o Comitê de Intervenção Estratégica pode ser classificado como uma rede de políticas públicas e quais as principais características dessa rede.

No quarto capítulo, apresentamos os dados estatísticos da segurança pública da Comarca de Nova Serrana e outras informações apuradas, analisando, por meio desses elementos, quais os resultados obtidos e impactos provocados pelo instituto em estudo.

Por fim, com uma breve conclusão, buscamos recolocar nossa questão de pesquisa e demonstrar como ela foi respondida ao longo do trabalho, destacando o que

se revelou como a essência do Comitê e a sua importância como um indicador de novos caminhos a serem trilhados para o fortalecimento de direitos e de políticas públicas.

1 O Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana

No presente capítulo, procuramos delinear o meio histórico e geográfico que caracteriza a Comarca Nova Serrana, assim como descrever o contexto social que deu ensejo à criação do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de referida Comarca e as principais ações por ele desenvolvidas.

1.1 Características da Comarca de Nova Serrana

Crescendo às margens da BR-262, a cidade de Nova Serrana apresenta características próprias das cidades industrializadas: ritmo de vida frenético, trânsito pesado, grande movimentação financeira, especulação imobiliária e também de capital, bem como baixa oferta de programas culturais e de lazer.

Além desses fatores, a cidade é marcada por índices de crescimento demográfico e de espaço urbano muito acima das médias nacional e estadual, o que traz profundas consequências para seus cidadãos e gestores públicos.

O grande número de migrantes que tem a cidade como seu destino, já há algumas décadas, a maioria dos quais de idade jovem e que nela passam a ter seus filhos, marcam-na com uma população que aparece de repente e cresce, de certa maneira, desenraizada de valores e com constituição de múltiplas formas de família.

Esse forte crescimento econômico e populacional trouxe também o assustador aumento do número de conflitos e de crimes, deixando-a refém da violência e de dilemas sociais que surgem e se agravam da noite para o dia, não conseguindo os equipamentos públicos acompanhar essa dinâmica.

Esse fenômeno, visto inicialmente apenas em Nova Serrana, com o decorrer dos anos, passou a ser observado também nas outras cidades agregadas à comarca: Perdigoão e Araújos.

Com a eclosão da criminalidade, a cidade de Nova Serrana, por meio dos poderes legislativo e executivo municipais, passou a buscar, cada vez mais, investir em segurança pública. Assim, não podendo esperar a demora da resposta dos gestores públicos estadual e federal, começou a investir seus próprios recursos em áreas em que, por força da Constituição Federal de 1988, compete ao Estado de Minas Gerais manter e organizar.

Dessas ações, destaca-se a instalação da 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil em julho de 2014 e do 60º Batalhão da Polícia Militar em dezembro do mesmo ano,

ambos com sede em imóveis de propriedade de Nova Serrana e com edificação, mobiliário e aparelhagem adquiridos com verbas do município.

Cabe registrar que ambos os instrumentos de segurança acima referidos destinam-se ao atendimento, além de Nova Serrana, de toda uma região, composta por mais cinco municípios: Pitangui, Conceição do Pará, Leandro Ferreira, Perdígão e Araújos.

Também a instalação do 5º Pelotão do Corpo de Bombeiros de Nova Serrana, do Presídio e da própria Comarca de Nova Serrana, essa no ano de 1990, já havia se dado em moldes semelhantes.

Tal prática não é única do município de Nova Serrana. Por longos anos tem-se visto os estados valerem-se da boa vontade e necessidade dos entes municipais para instalar serviços públicos de sua competência, com o uso de bens móveis e imóveis dos municípios, e até mesmo com cessão de servidores municipais em desvio de função, prática que vem mudando, em grande parte pela atuação do Ministério Público.

Ocorre que, em Nova Serrana, a tentativa de apressar a atuação das forças de segurança pública se dá em montantes muito elevados, gerando uma demanda adicional que drena os recursos do município para atividades fora da sua responsabilidade. Ademais, cada nova busca de ampliação do policiamento vem acompanhada do anseio de ser a resposta para o problema da assustadora criminalidade que deixa a população trancafiada em suas residências, resposta que não vem.

Não é preciso ser especialista em segurança pública para saber que o aumento do efetivo policial, por si só, não reduz a violência. Ao contrário, a repressão pura e simples, sem um trabalho conjunto de prevenção e de melhoria das condições sociais, acaba por gerar mais violência, por parte dos que se sentem oprimidos, como também por parte das próprias polícias.

Ocorre que as instalações das sedes policiais tão sonhadas não conseguiram resolver o problema do baixo número de efetivo policial. Primeiro, porque as inaugurações eram feitas ainda pendentes de ações da competência exclusiva do Estado de Minas Gerais, como a designação de delegados, investigadores e policiais, além do envio de armamento e viaturas. Também porque os designados ficavam pouco tempo na cidade, buscando, o mais rápido possível, suas remoções para lugares mais próximos de suas cidades de origem e com índices de criminalidade mais palatáveis.

Assim, se tinha início as intermináveis procissões para buscar junto ao governo estadual e a parlamentares melhorias no aumento de pessoal e instrumentos necessários.

Dessa forma, apesar dos altos investimentos e esforços dos seus gestores públicos, Nova Serrana via a criminalidade continuar aumentando, de forma cada vez

mais brutal, acompanhando o ritmo intenso de seu crescimento econômico e demográfico. E, como já mencionado, os altos índices de criminalidade também se faziam sentir nos outros municípios da comarca, em especial, em Perdigão.

No referido município, a população e também membros do legislativo começam a se mobilizar, reivindicando melhorias na segurança pública, assustados com o homicídio, sem motivo aparente, de jovem não envolvido com o meio criminal, ocorrido no primeiro semestre de 2016.

A demanda foi apresentada nas Promotorias de Justiça da Comarca, sendo instaurado um Procedimento para Implementação e Promoção de Projetos Sociais - Props, com o fim de implementar, em articulação com a sociedade civil e órgãos responsáveis pela defesa social, um programa de gestão democrática de segurança pública nos municípios de Perdigão e Araújos.

Após a realização de uma audiência pública, dá-se andamento à criação do Conselho Municipal de Segurança Pública – Consep de Perdigão e ali é implantada a *Rede de Vizinhos Protegidos*, como também em Araújos.

Na mesma época, em Nova Serrana, também se fazia ouvir um clamor social por mais segurança, desencadeado por ato infracional violento praticado por um adolescente em uma fábrica de calçados e pela prisão do empresário que reagiu em legítima defesa. Tais fatores levam o Sindinova – Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana - a convidar as autoridades da Comarca para uma reunião já no dia seguinte. Com essa reunião, a articulação entre as instituições de segurança pública e sociedade civil, iniciada pelo Props, é ampliada para abranger toda a Comarca, dando início ao Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana.

1.2 Criação do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e suas principais ações

A primeira reunião do Comitê, registrada em ata, foi realizada em 09 de novembro de 2016, na sede do Sindinova, contando com a participação do presidente desse sindicato, membros do Ministério Público, delegado regional da Polícia Civil, integrantes do 60º Batalhão de Polícia Militar, diretor do presídio de Nova Serrana, prefeito e vice-prefeito eleitos de Nova Serrana, representante do Consep, recém-criado em Perdigão, e de Edna Aparecida Jesuíno Simões, vereadora daquela cidade, além de representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

No início de sua atuação, uma de suas principais preocupações foi o grande

número de atos infracionais violentos praticados por adolescentes da comarca, que, pela inexistência de vagas em centros socioeducativos, retornavam para o meio social sem se sujeitar às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, agravando, ainda mais, a sensação de insegurança.

Também são assuntos centrais do Comitê a intervenção no cumprimento de penas no regime semiaberto no presídio local e a melhoria dos sistemas e equipamentos de inteligência das polícias militar e civil. Posteriormente, ganha atenção nas tratativas a situação de 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil, por apresentar problemas em seu desempenho, devido ao número reduzido e volúvel de delegados e agentes e à necessidade de ampliação do imóvel onde se encontra instalada.

Repetindo, em certo padrão, o histórico de Nova Serrana de tentar suprir falhas na estruturação de serviços de segurança pública de competência do Estado de Minas Gerais, o Comitê de Intervenção Estratégica propõe, inicialmente, a construção e ampliação de espaços públicos.

Alguns pontos, contudo, distinguem as propostas do Comitê das ações antecessoras.

O primeiro deles é a busca por outras fontes de custeio, além das receitas do município de Nova Serrana, podendo-se citar os valores das penas de prestação pecuniária aplicadas pelo Judiciário da Comarca e o co-financiamento pelos demais municípios da Comarca e por setores da sociedade civil, notadamente de empresários do ramo calçadista.

Em relação aos valores das prestações pecuniárias, apesar de periodicamente serem publicados, pelo Juízo da Execução Penal, editais para destinação de tais verbas a projetos voltados para a segurança pública, a atuação do Comitê foi fundamental para a ampliação da apresentação de projetos e para a garantia de que tais recursos fossem empregados na própria Comarca.

Outro ponto é o chamamento do Estado de Minas Gerais, por meio de suas secretarias e departamentos, para participar dos ajustes e se responsabilizar por pontos específicos, necessários para garantir a máxima eficiência do projeto.

Ademais, a construção de obras destinadas ao funcionamento dos órgãos de segurança pública não é o elemento definidor da essência da atuação do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana.

Pela leitura de suas atas, conquanto se dedique a projetos de construção, os quais tomam grande parte do tempo de seus membros em reuniões extras, negociações e planejamentos e pela demora na sua realização (não se faz uma obra pública da noite

para o dia, principalmente quando depende da aprovação de órgãos distintos), o Comitê de Nova Serrana tem alcançado grandes resultados, de forma mais célere, com outros tipos de ações.

Nesse sentido, podemos pensar no projeto de instalação em Nova Serrana de um centro socioeducativo para cumprimento de medida de internação-sanção por adolescentes infratores. Após várias discussões, reuniões e visitas, verificou-se que, uma ideia aparentemente fácil de implementar – reformar a antiga cadeia de Nova Serrana para acolher adolescentes que descumprissem medidas socioeducativas em meio aberto -, foi barrada por entraves burocráticos e pelos padrões impostos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), sendo abandonada pelo Comitê.

Contudo, as estatísticas demonstram que o problema se resolveu de outra forma. De fato, pode-se constatar que, após o início das intervenções feitas pelo Comitê, os números do envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais, principalmente os praticados com violência, tiveram redução expressiva.

Embora não tenha sido implantado pelo Comitê o centro de internação-sanção, as ações do instituto foram de suma importância para conseguir junto à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase) um número mínimo de vagas em centros socioeducativos do Estado para adolescentes infratores oriundos da Comarca de Nova Serrana, de forma a garantir uma resposta mais efetiva à prática de atos infracionais violentos, sobretudo desestimular a associação de adolescentes à criminalidade.

Mas não foi só isso. As demais ações desenvolvidas pelo Comitê de Intervenção Estratégica e também de maneira individual pelas forças de segurança pública da Comarca, para além dos seus focos imediatos, repercutiram de forma difusa na segurança pública da Comarca como um todo, alcançando a redução da prática de atos infracionais por adolescentes.

Claro que a construção e ampliação de espaços físicos para a melhoria da prestação dos serviços de segurança contribuem, em grande escala, para o enfrentamento da criminalidade. A vinda de novos servidores e de novas viaturas também torna mais efetiva a ação das forças de segurança.

Mas o que se destaca no Comitê de Nova Serrana e o diferencia de muitas ações desempenhadas no campo da segurança pública, são as ações estratégicas, planejadas, pensadas e efetivadas em conjunto pelas instituições que o compõem. E isso se dá mediante um diálogo entre seus integrantes, frente a frente, pondo os problemas na mesa, levantando os recursos, as possibilidades, traçando metas bem definidas, delegadas a responsáveis específicos e com prazo marcado para acontecer.

Aqui talvez se encontra o ponto fundamental do êxito das ações promovidas pelo Comitê de Intervenção Estratégica da Comarca de Nova Serrana.

A partir do momento em que as forças de segurança pública da Comarca de Nova Serrana, aliadas a outros órgãos públicos e sociedade civil, começaram a atuar em parceira e estrategicamente, somando suas forças e catalizando seus esforços e recursos para a consecução de metas definidas, buscando soluções práticas e eficientes, parece que os órgãos de defesa pararam de andar atrás da criminalidade, para se posicionar um passo à frente dela.

Muitas vezes, ações relativamente simples, mas desempenhadas em associação pelas instituições que se fazem representar junto ao Comitê de Intervenção Estratégica tiveram resultados silenciosos, sem cerimônias de inauguração, mas com grande impacto sobre a criminalidade na Comarca de Nova Serrana.

Como exemplo, destaca-se a atuação do Comitê em relação a estabelecimentos comerciais com histórico de prática de crimes em seus ambientes. Apenas o fato de a Prefeitura de Nova Serrana e de Perdigão fiscalizarem a regularidade de alvarás sanitários, ao mesmo tempo em que o Corpo de Bombeiros detectava falhas de segurança no local, bem como o Conselho Tutelar verificava eventual descumprimento das disposições do ECA, com ações de apoio desempenhadas pelo Ministério Público, Defesa Civil, Polícia Militar e Polícia Civil, promoveu-se a descontinuidade da violência nos estabelecimentos fiscalizados e desencorajou-se o surgimento de outros semelhantes.

Também a intervenção feita pelo Comitê no cumprimento de penas privativas de liberdade, a qual contou com o trabalho conjunto e integrado do presídio local, Ministério Público, iniciativa privada e Polícia Militar, trouxe importantes resultados sem a necessidade de ações muito complexas.

Em outra frente, o Comitê também se destaca no aparelhamento das instituições de segurança com sistemas tecnológicos de monitoramento e vigilância e de potencialização dos trabalhos investigativos, com o emprego de ferramentas avançadas.

Quando da criação do Comitê, o Sistema de Olho Vivo já estava para ser instalado em Nova Serrana, mas as suas ações contribuíram sobremaneira para a ampliação do sistema e do seu uso. Ferramentas de inteligência de última geração, como as que possibilitam a extração de dados de aparelhos celulares e a leitura de placas de veículos, também fazem parte das metas do Comitê.

Todo esse aparato de inteligência, trabalhado por policiais capacitados para desenvolver, com habilidade e excelência, o máximo potencial disponível, vem ampliar o

leque de ações a serem implementadas, além de possibilitar uma resposta, em geral, instantânea das forças de segurança, impedindo a ação violenta ou, quando não, apreendendo em flagrante seus autores.

Responder à violência apenas com a força bruta e repressão, além de não produzir resultados duradouros, acaba por aumentar o abismo da desigualdade da sociedade brasileira. Agir com inteligência e estratégia se mostra como a única alternativa possível, principalmente em lugares onde a violência chegou a uma situação limite. Para tanto, é preciso abrir novos caminhos, como tem feito o Comitê de Intervenção em estudo.

Uma vez traçadas as linhas gerais da criação do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e das ações por ele desenvolvidas, iremos tratar no próximo capítulo da sua estrutura e funcionamento, analisando os assuntos abordados, as soluções propostas e o envolvimento e participação de seus integrantes.

2 O Comitê em Funcionamento

2.1 Estrutura

Como exposto no primeiro capítulo, a criação do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana se deu da conjunção de iniciativas distintas por atores diversos, representando um encontro de anseios por melhorias na segurança pública dos municípios componentes da referida Comarca.

Como relatado, no primeiro semestre do ano de 2016, a população de Perdigoão se reuniu para reivindicar melhoria na segurança pública do município e organizar instrumentos de participação da sociedade civil nessa área.

Tal movimento, com o acompanhamento do Ministério Público e da Polícia Militar, passa a abranger também o município de Araújos e dá ensejo à formação de redes de proteção (rede de vizinhos e de comerciantes protegidos) e também à criação do Consep de Perdigoão.

Essa parceria entre população, Ministério Público e Polícia Militar, por iniciativa do Sindinova – sindicato com atuação em todo o polo calçadista¹ – é expandida para abranger também Nova Serrana, atingindo, assim, todo o território da Comarca.

Diante da proposta do Sindinova, o Comitê tem o seu início de forma rápida e prática, com a primeira reunião em novembro de 2016. Essa já apresenta o mesmo formato encontrado ao longo de todas as demais que a sucederam: discussão de propostas, definição de metas, prazos e respectivos responsáveis, buscando atuações em conjunto por todos os envolvidos.

As reuniões são organizadas na seguinte sequência: memória da reunião, participantes, síntese dos assuntos tratados, documentos anexos, plano de ação e sugestão de pauta para a próxima reunião.

De novembro de 2016 a dezembro de 2020, quando foram encerradas as pesquisas para o presente trabalho, foi um total de 48 reuniões, com periodicidade mensal, sendo interrompidas apenas nos meses de março e abril de 2020, devido às restrições impostas para o enfrentamento da propagação do novo coronavírus.

O suporte básico e estrutural é todo oferecido pelo Sindinova: sala de reuniões com

¹ O território do polo calçadista de Nova Serrana/MG compreende 12 municípios: Araújos, Bom Despacho, Conceição do Pará, Divinópolis, Igaratinga, Leandro Ferreira, Nova Serrana, Onça de Pitangui, Pará de Minas, Perdigoão, Pitangui e São Gonçalo do Pará.

capacidade para receber um bom número de pessoas e o secretariado das reuniões feito pela assessoria de comunicação do sindicato, responsável pelo registro de cada reunião, lavratura das atas e também por contatar membros e parceiros, conforme determinado nas próprias reuniões.

A partir de maio de 2020, devido à pandemia causada pelo Covid-19, as reuniões passaram a ser feitas por meio virtual. Apesar do uso de ferramentas tecnológicas de reunião à distância, o suporte do Sindinova permanece como base da estrutura organizacional do Comitê e fundamental para o seu funcionamento.

O Comitê não tem um regimento ou outra normativa escrita disciplinadoras de seus trabalhos e atuação. Contudo, suas atas dão a entender que o que é decidido nas reuniões não é imposto, mas as entidades participantes se envolvem voluntariamente, sendo praticamente nula a quebra de compromisso.

2.2 Atores Envolvidos

Das 48 reuniões feitas pelo Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana, de novembro de 2016 até dezembro de 2020, destaca-se na tabela abaixo os órgãos e instituições participantes, com o respectivo número de membros presentes:

Tabela 1 – Instituições Participantes no Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana e respectivo número presenças

Instituição	Número de Participantes
Poder Executivo de Nova Serrana - Pref_ Nova_Serrana	104
Polícia Militar - PM	87
Ministério Público - MP	70
Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana - Sindinova	66
Presídio de Nova Serrana - Presidio_Nova_Serr	54
Polícia Civil - PC	46
Poder Executivo do Estado de Minas Gerais - Estado_MG	33
Conselho Municipal de Segurança Pública de Nova Serrana - Consep_Nova_Serr	24
Poder Executivo de Perdigoão - Pref_Perdigao	21
Poder Executivo de Araújos - Pref_Araujo	13
Poder Legislativo Estadual - ALMG	13
Participação Individual de Cidadãos - Part_Individual	8

Conselho Tutelar de Nova Serrana - Cons_Tutelar_Nova_Serr	5
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Nova Serrana - CDL_Nova_Serr	5
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai	3
Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas de Nova Serrana - Comad_Nova_Serr	2
Poder Legislativo de Perdigoão - Cam_Perdigao	2
Poder Judiciário - Juiz_Exec_Penal	2
Conselho Municipal de Segurança Pública de Perdigoão - Consep_Perdigao	1
Elaboração própria com base nas atas do Comitê	

O **Executivo do Município de Nova Serrana** se destaca com o número de 104 representantes e se fez presente em 47 reuniões, com a participação do Prefeito, Vice-prefeito, Secretários Municipais, integrantes da Guarda Civil Municipal e da Assistência Social, dentre outros.

Pela análise das atas, vê-se que a Prefeitura de Nova Serrana tem uma forte participação nas ações do Comitê, estando envolvida na maioria das propostas e ficando responsável por tarefas fundamentais para a sua realização, muitas vezes, assumindo ônus que caberiam ao Estado de Minas Gerais.

Além do Município de Nova Serrana, também se destacam com um bom número de participantes a Polícia Militar, o Ministério Público e Sindinova - Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana.

Contudo, apenas o número de representantes de cada uma das categorias acima listadas não é suficiente para uma análise do seu envolvimento nas ações no Comitê, sendo que, quando se analisa a representação das instituições por número de reuniões, o resultado se altera um pouco, conforme se vê na tabela abaixo.

Tabela 2 – Instituições Participantes no Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana por número de reuniões

Instituição	Número de Reuniões que participou	Porcentagem de participação
Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana - Sindinova	48	100%
Poder Executivo de Nova Serrana - Pref_	47	98%

Nova_Serrana		
Polícia Militar - PM	46	96%
Ministério Público - MP	45	94%
Presídio de Nova Serrana - Presidio_Nova_Serr	45	94%
Polícia Civil - PC	37	77%
Conselho Municipal de Segurança Pública de Nova Serrana - Consep_Nova_Serr	18	37%
Poder Executivo de Perdigoão - Pref_Perdigao	18	37%
Poder Executivo do Estado de Minas Gerais - Estado_MG	16	33%
Poder Legislativo Estadual - ALMG	12	25%
Poder Executivo de Araújos - Pref_Araujo	11	23%
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Nova Serrana - CDL_Nova_Serr	5	10%
Participação Individual de Cidadãos - Part_Individual	4	8%
Conselho Tutelar de Nova Serrana - Cons_Tutelar_Nova_Serr	4	8%
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai	3	6%
Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas de Nova Serrana - Comad_Nova_Serr	2	4%
Poder Legislativo de Perdigoão - Cam_Perdigao	2	4%
Poder Judiciário - Juiz_Exec_Penal	2	4%
Conselho Municipal de Segurança Pública de Perdigoão - Consep_Perdigao	1	2%

Elaboração própria com base nas atas do Comitê

Fazendo-se a análise pelo número de reuniões participadas, o **Sindinova** assume a primeira posição, sendo ele o único integrante a se fazer presente em todas as reuniões.

Conquanto o sindicato seja o responsável por sediar as reuniões, o engajamento de suas lideranças nas atividades do Comitê é nítido e de grande importância, desempenhando ações de destinação de recursos para os projetos, interlocução com empresários, deputados estaduais e representantes do Governo do Estado, dentre outras.

Por outro lado, o **Estado de Minas Gerais**, até dezembro de 2020, registrou a participação de um total de 33 integrantes de suas Secretarias e Departamentos, ficando a frente do Legislativo Estadual e dos Municípios de Perdigoão e Araújos. Porém, sua participação se restringiu a apenas 16 reuniões (cerca de 1/3), deixando de marcar

presença de julho de 2018 a julho de 2020, ou seja, um período consecutivo de mais de dois anos.

Além desses números, pela leitura das atas do Comitê, verifica-se que o Poder Executivo Estadual tem fraca participação nas discussões e resoluções do instituto em estudo e o seu acompanhamento das ações do Comitê se restringiu, praticamente, a projetos diretamente voltados para a execução de medidas socioeducativas e de penas privativas de liberdade, ou seja, serviços públicos para os quais o Estado de Minas Gerais é o responsável.

No que se refere ao centro de internação-sanção, o Estado de Minas Gerais apresentou posicionamentos muitas vezes contraditórios entre uma reunião e outra, com idas e vindas entre aprovação e desaprovação de projetos e apresentação de exigências antes não informadas, o que acabou por tumultuar o andamento das ações do Comitê.

Quanto ao projeto de ampliação do Presídio, vê-se que o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais assumiu poucas ações, se omitindo em atividades que lhe caberiam precipuamente.

Por todos esses apontamentos pode-se concluir que, embora o Estado de Minas Gerais registre um bom número de participantes nas atas analisadas, sua presença não se dilata ao longo de todo o período em estudo, representando mais participações esporádicas, atendendo a convites e para tratamento de questões específicas.

Já o **Poder Legislativo Estadual** vai num caminho oposto. Apesar de se fazer representar em apenas 12 reuniões (25%), desempenha um apoio fundamental às atividades do Comitê.

O Deputado Estadual Fábio José de Oliveira, conhecido como Fábio Avelar, se fez presente em nove reuniões até dezembro de 2020, sendo, em outras três, representado por assessores. É ele o responsável por uma destinação expressiva de valores de emendas parlamentares para projetos promovidos pelo instituto. Além disso, as atas registram a sua participação, com outros membros do Comitê, em reuniões feitas em Belo Horizonte, com órgãos do governo estadual.

O Deputado Estadual João Vítor Xavier Faustino também é mencionado nas atas de abril e junho de 2019, como apoio na interlocução do Comitê com órgãos estaduais.

Os **Poderes Legislativos de Nova Serrana, Araújos e Perdigão** não participam do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública e apenas dois vereadores de Perdigão estiveram presentes nas reuniões analisadas, sendo um deles a vereadora Edna Aparecida Jesuíno Simões, já citada no primeiro capítulo, e que esteve presente na reunião inaugural do Comitê.

O Legislativo de Nova Serrana, apesar de não registrar presença nas reuniões, destinou expressivos recursos de sobras orçamentárias e de emendas parlamentares para investimento nos órgãos de segurança pública da Comarca.

Os **Poderes Executivos de Perdigão e Araújo**, por sua vez, apresentam baixa representação nas reuniões do Comitê, com presença de 37% e 23%, respectivamente. Contudo, apesar do não comparecimento frequente às reuniões, as leituras das atas dão a entender que esses entes públicos se mantêm à disposição para ajudar e apoiar as decisões do Comitê.

No que concerne à **Polícia Civil**, essa registra uma porcentagem de comparecimento em 77% das reuniões do Comitê, número bem abaixo dos demais órgãos diretamente ligados à segurança pública da Comarca (Polícia Militar, Ministério Público e Presídio de Nova Serrana registram mais de 90% de participação nas reuniões).

Contudo, o que se nota pela leitura das atas é que a Polícia Civil é um dos braços fortes do Comitê, apresentando grande envolvimento nas ações por ele empreendidas.

Outro braço forte, a **Polícia Militar** se fez presente em 46 das 48 reuniões, com destaque para a participação do seu então comandante, o Coronel Wemerson Lino Pimenta. Esse, a partir da sua assunção ao comando da unidade policial, no início do ano de 2017, foi presença marcante nas reuniões do Comitê e um dos atores chaves para a efetivação das ações desenvolvidas pelo instituto.

O **Presídio de Nova Serrana** também registra um comparecimento assíduo às reuniões, com grande comprometimento nas intervenções propostas, sendo um membro fundamental para o desenvolvimento de ações com foco na melhoria das condições do cumprimento das privativas de liberdade.

Já no que se refere ao **Ministério Público**, esse participa ativamente das reuniões do instituto, com destaque para a importante atuação dos promotores Alderico de Carvalho Júnior e Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso.

Pelas atas e entrevistas realizadas, pode-se notar a forte liderança desempenhada pelo Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior², o qual assumiu a coordenação das reuniões e o direcionamento das deliberações do instituto, partindo dele também a maioria das propostas de ação.

Por sua vez, o **Consep de Nova Serrana**, mesmo não apresentando números expressivos de presença nas reuniões, merece destaque pela sua importância junto ao Comitê, porquanto é ao conselho municipal de segurança pública de Nova Serrana que

² O Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior atuou em Nova Serrana de 2013 a janeiro de 2021.

são destinados todos os recursos levantados, para posterior encaminhamento aos projetos. A partir de meados de 2020, o Consep de Nova Serrana tem-se mostrado mais presente, participando de todas as reuniões de maio a dezembro de 2020.

Quanto ao **Poder Judiciário**, apenas as atas de julho e agosto de 2020 registram a sua participação, na pessoa do Juiz da Execução Penal, o senhor Paulo Eduardo Neves, magistrado titularizado na Comarca em junho de 2020.

Por fim, é bom ressaltar que a **Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)** de Nova Serrana passou a integrar o quadro do instituto em estudo, a partir de julho de 2020.

Por todas informações levantadas, verifica-se que o Comitê tem o seu núcleo de atores composto pelo Ministério Público, Sindinova, Prefeitura de Nova Serrana, Polícia Militar, Polícial Penal e Polícia Civil, contando também em sua base de sustentação com a participação do Deputado Fábio Avelar e com o suporte do Consep de Nova Serrana.

A participação dos atores desse núcleo se dá de forma bem ampla, podendo-se notar a interação de todos na discussão sobre os diversos assuntos e temas abordados pelo Comitê, conforme será detalhado no subtítulo seguinte.

2.3 Temáticas e assuntos discutidos

Continuando a análise das atas do Comitê, vemos que os assuntos por ele discutidos vão desde a abordagem de alvos específicos e de suprimento de falhas institucionais pontuais a projetos de ações com objetivos mais amplos, voltados para a prevenção e melhoria das condições de desempenho e eficiência das forças de segurança pública da Comarca de Nova Serrana.

Para facilitar a análise, os assuntos abordados foram agrupados nas seguintes temáticas:

Tabela 3 – Temas tratados nas reuniões

Temas Tratados	Número de vezes que o tema foi posto em pauta
Estrutura da Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Municipal de Nova Serrana; construção, ampliação e reformas; efetivo de policiais; ajustes em fluxos de atendimentos e melhoria de equipamentos - Estr_Policial	127
Ações preventivas e educativas e de fiscalização pelo poder de polícia administrativa - Acoes_Prev	90
Execução e cumprimento de penas privativas de liberdade, cursos	79

profissionalizantes ofertados aos detentos e estrutura do presídio - Penas_PL	
Adolescentes e a prática de atos infracionais, aplicação das medidas socioeducativas e fluxo de trabalho dos setores envolvidos - Infrac_Adolesc	39
Verbas e recursos - Recursos	28
Assuntos diversos, tais como levantamento de dados, prestações de contas, ações com alvos determinados e sugestões - Diversos	23
Violência doméstica - Viol_Dom	16
Elaboração própria com base nas atas do Comitê	

Importante destacar de cada temática qual projeto recebeu maior atenção por parte do Comitê ou apresentou os melhores resultados, o que faremos nos subtópicos abaixo.

Como já dito, percebe-se que os atores do Comitê se apoiam e se sustentam na busca da melhor solução para o problema apresentado, com participação de todos na definição dos projetos a serem trabalhados.

2.3.1 Adolescentes e atos Infracionais

Nesse subtópico encontram-se as ações voltadas para o envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais, a aplicação das medidas socioeducativas a esses adolescentes e o fluxo de trabalho e estrutura dos setores envolvidos.

O primeiro projeto que surgiu no Comitê em estudo foi a instalação em Nova Serrana de um centro de internação-sanção, com a finalidade de receber adolescentes infratores, aos quais fosse aplicada a internação-sanção (medida socioeducativa aplicada pelo descumprimento de medidas em meio aberto).

Essa proposta teve seu ensejo na grande sensação de insegurança gerada na população local decorrente de atos infracionais violentos, notadamente de roubo e furto, praticados por menores de dezoito anos, sendo esse o problema de maior urgência a ser resolvido quando da criação do Comitê em novembro de 2016.

Com efeito, o ponto de partida para a reunião agendada pelo Sindinova e que deu origem ao instituto analisado foi um ato infracional praticado contra um empresário da indústria calçadista.

Além do número relevante de adolescentes envolvidos com a criminalidade violenta, esses adolescentes, embora muitas vezes apreendidos em flagrante pela Polícia

Militar, com posterior aplicação judicial de medida socioeducativa de internação provisória, eram postos em liberdade dias após³, por não ser encontrada vaga nos Centros Socioeducativos existentes no Estado de Minas Gerais, instalados em territórios de outras comarcas.

Dessa feita, o Sistema de Justiça se via forçado a direcionar o pedido de vagas em Centros Socioeducativos para cumprimento de internação provisória, apenas para adolescentes de maior periculosidade. Ainda assim, muitos pedidos de vagas não eram atendidos.

Além disso, vários adolescentes, aos quais eram aplicadas medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, não se comprometiam com o seu cumprimento, certos de não lhes ser aplicada a internação-sanção, pois esta dependia de vagas disponíveis.

Assim, o baixo número de vagas para cumprimento da medida de internação nos Centros Socioeducativos acabava por agravar o quadro, apresentando a Comarca um número cada vez maior de adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais violentos.

Nesse cenário, surge o projeto de construção de um centro de internação-sanção em Nova Serrana, como uma ideia aparentemente fácil de ser executada: reformar e adaptar a antiga cadeia de Nova Serrana para receber os adolescentes que descumprissem as medidas em meio aberto.

Esse projeto fez parte das pautas do Comitê da sua criação, em novembro de 2016, até abril de 2019, quando foi retirado das discussões, devido a contratempos e imposições apresentados pelos órgãos estaduais de segurança pública, sem se conseguir avanços nas articulações necessárias para a sua realização.

De fato, pela análise das atas das reuniões, vê-se que, apesar dos esforços empreendidos pelo Comitê, a oscilação do Estado de Minas, entre aprovar e desaprovar imóveis, em dar o aval para o início das obras e, logo em seguida, voltar atrás, apresentando novas exigências, bem como a troca constante de seus representantes nas tratativas com o Comitê, leva ao abandono do projeto.

Contudo, como já dito no capítulo anterior, o problema do grave envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais violentos não ficou sem solução.

As tratativas e reuniões feitas por integrantes do Comitê com a Secretaria de Segurança Pública e com a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase)

³ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permite que o adolescente permaneça em repartição policial, aguardando a sua remoção para um Centro Socioeducativo (CSE) por no máximo 5 dias.

rendem à Comarca de Nova Serrana a garantia de contar com um número mínimo de vagas para adolescentes infratores nos centros socioeducativos do Estado.

Dessa forma, em abril de 2017 são disponibilizadas, de imediato, sete vagas para cumprimento de medida de internação e, com as intervenções do Comitê, esse número é posteriormente aumentado, com o compromisso feito pela Sesp de manter vinte e cinco de vagas disponíveis para a Comarca de Nova Serrana.

A partir das vagas conseguidas em abril de 2017, é feita uma ação conjunta entre Polícia Militar, Ministério Público e Juízo da Infância e Juventude, sendo de pronto retirados do meio criminal sete adolescentes de alta periculosidade e com registro de grande número de atos infracionais praticados na Comarca.

Tal ação dá um impacto muito grande na diminuição do envolvimento de adolescentes com a prática infracional, quebrando assim a escalada crescente.

Aliado a essa ação, o trabalho do Comitê foi fundamental para a reestruturação do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Por meio de diversas reuniões no Comitê e também na 4ª Promotoria de Justiça, o contato direto e próximo entre Andréa Domingos de Oliveira, coordenadora do Creas, e a Promotora de Justiça Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso, resultou na criação de um fluxo de atendimento que integrou todos os órgãos envolvidos, desde a apreensão em flagrante do adolescente até o seu acolhimento no Creas, agilizando sobremaneira a aplicação da medida de prestação de serviços à comunidade.

Além disso, como já afirmado no primeiro capítulo, as demais ações que repercutiram na diminuição da criminalidade na Comarca de Nova Serrana, atingiram também, de forma indireta, o envolvimento de adolescentes no meio criminal, porquanto a prática de infrações por menores é, em grande medida, reflexo do ambiente de violência gerado pelos adultos.

Com efeito, os números levantados evidenciam uma queda vertiginosa da prática de atos infracionais na Comarca, sendo que, conforme informação da Suase, em 2020, houve necessidade de apenas sete vagas de internação para adolescentes de Nova Serrana, isso ao longo de todo o ano, sendo que, no início de 2021, havia apenas um adolescente internado.

2.3.2 Ações preventivas e educativas

Dentro dessa temática, encontram-se as intervenções do Comitê voltadas para ações preventivas e de antecipação a potenciais focos de criminalidade; ações educativas

e palestras destinadas a públicos específicos e com temas próprios; e ações desempenhadas pelo Corpo de Bombeiros e pelo poder de polícia administrativa dos municípios integrantes.

Dentre as ações desenvolvidas com caráter preventivo e educativo, temos, logo no início da criação do Comitê, o projeto “celular seguro”, desenvolvido pela Polícia Militar e contando com o apoio das demais instituições integrantes do Comitê para divulgação e suporte.

Na mesma linha de ação, foi feita uma intervenção junto ao comércio de Nova Serrana, com a finalidade de identificar locais de venda de produtos de crimes, prática que configura o crime de receptação.

Ambas as intervenções tornaram mais difícil o repasse de objetos roubados ou furtados, gerando um desincentivo à prática desses ilícitos penais.

Cumpre mencionar, ainda, a realização de palestras em fábricas de calçados e escolas, pela Promotora de Justiça Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso e pela Delegada Regional de Polícia Angelita Viviane Soares Alves de Oliveira.

Por fim, dentre as ações preventivas realizadas, chama atenção a proposta de fiscalização de estabelecimentos comerciais com histórico da prática de ilícitos em seus ambientes.

Tal proposta não demandou o aporte de recursos nem grandes ajustes em reuniões, bastando o simples acordo de ações combinadas, por setores diversos, e feitas em certa simultaneidade, como se um alinhasse o direcionamento feito pelo outro.

Assim é que a Vigilância Sanitária de Nova Serrana e Corpo de Bombeiros fiscalizaram e exigiram o saneamento de irregularidades de estabelecimentos comerciais suspeitos, enquanto a Polícia Militar fazia um trabalho de policiamento ostensivo, para o Conselho Tutelar também entrar em ação, fiscalizando infrações contra as normas de proteção à criança e ao adolescente.

Intervenção semelhante também foi feita em Perdigoão, dando ensejo ao fechamento de estabelecimentos irregulares.

O projeto em comento revela uma característica fundamental da forma de atuação do Comitê. Diante de um problema, é traçada uma estratégia em comum, em união de forças de órgãos e repartições distintas, a qual, apesar de ter como foco um ponto específico (no caso, os estabelecimentos com ambientes propícios à prática de crimes), acaba por desencadear uma ação preventiva, reeducando a comunidade local para o cumprimento das leis e deixando a mensagem de que as forças de segurança e de fiscalização estão dispostas a exercer o seu papel.

2.3.3 Violência doméstica

Um projeto em voga nas reuniões do Comitê foi a instalação de um local próprio, na Delegacia de Polícia Civil, para atendimento de vítimas de violência doméstica.

Esse tema surge pela primeira vez na reunião de maio de 2017, sendo a demanda levada por Elenita Batista Lopes, então Delegada Regional, propondo a alteração na estrutura do imóvel da delegacia para a acolhida das vítimas de violência doméstica e que esse acolhimento pudesse contar com uma equipe especializada.

A proposta fica, aparentemente, esquecida e só volta a reaparecer na reunião de abril de 2019, mas, a partir de então, tem um andamento mais resolutivo.

Após algumas tratativas, em agosto de 2019, o município de Nova Serrana assume o compromisso de alugar salas próximas à sede da 5ª DRPC e passa a providenciar as especificações técnicas e dotações orçamentárias para o projeto, além de ficar responsável pela cessão de um profissional de psicologia para o atendimento.

A execução do projeto contou também com a participação do Consep de Nova Serrana, do Município de Perdigão e do Sindinova para aquisição de móveis e equipamentos.

Dessa feita, em julho de 2020, é inaugurada em Nova Serrana a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), com estrutura adequada para o atendimento às vítimas de violência doméstica, feito exclusivamente por profissionais do sexo feminino.

Nesse meio tempo, a Prefeitura de Nova Serrana inaugurou dentro da política socioassistencial o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Cram – Casa Mais Mulher) e a Polícia Militar lançou a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica.

Infelizmente, essas ações coincidem com um período de crescimento da violência doméstica no Brasil e de outras violências incentivadas pelo discurso de ódio e intolerância que vem se disseminando no país nos últimos anos.

2.3.4 Execução de penas privativas de liberdade

Nessa temática, elencamos as propostas do Comitê de Intervenção relacionadas à execução e cumprimento das penas privativas de liberdade, oferta de cursos profissionalizantes aos detentos e melhoria da estrutura do presídio de Nova Serrana.

A proposta de um monitoramento mais efetivo de presos em cumprimento de pena em regime semiaberto, trabalhada ao longo de todo o período de funcionamento do Comitê, engloba a realização de exames toxicológicos e a fiscalização dos detentos pela Polícia Militar durante as saídas do presídio, além do apoio dessa nas vistorias realizadas pelos agentes penitenciários nas celas.

A realização de exames toxicológicos pelos detentos do regime semiaberto, ao regressarem de suas saídas para o interior do presídio, coibiu o uso de entorpecentes pelos presos e também que esses, durante o período de tempo fora da unidade prisional, se fizessem presentes em regiões de tráfico de drogas e prática de outros crimes.

O Sindinova, por seu turno, se dedicou a buscar laboratórios que oferecessem descontos para os exames toxicológicos e a custear esses exames nos períodos em que não houvesse verbas de prestação pecuniária ou vinculadas ao Consep para tal finalidade.

Também o convênio, firmado entre Sindinova e Ministério Público, favoreceu a contratação de estagiários, destinados exclusivamente a acompanhar os processos judiciais de execução das penas, visando a uma tramitação mais célere dos processos de execução penal.

Mediante a intervenção do Comitê, foram feitas reformas no Presídio de Nova Serrana, as quais resultaram na ampliação de sua capacidade, solucionando o problema da superlotação.

Por outro lado, entre outubro de 2019 a janeiro de 2020, aparece entre os assuntos do Comitê a preocupação com a ausência do quadro funcional do Presídio de profissionais essenciais e mesmo obrigatórios para o atendimento dos detentos: advogado, assistente social, psicólogo e enfermeiro. As articulações feitas procuram sanar o problema entre os municípios da Comarca, suprindo, assim, a omissão do Estado de Minas.

Todo esse conjunto de ações trouxe maior eficiência ao cumprimento das penas privativas de liberdade, buscando a sua aproximação dos princípios e ideais traçados pelo ordenamento jurídico e zelando pelas garantias dos presos.

Ainda dentro dessa linha de ação, em maio de 2017, é apresentada a proposta de ofertar cursos profissionalizantes aos detentos em parceria com o Senai. Na reunião seguinte, o Município de Nova Serrana se propõe a adquirir um lote de terreno existente ao lado do presídio e, dessa maneira, surge a ideia de construção de um local, com todas as especificações necessárias para tal finalidade.

Nota-se que a efetivação dessa proposta alcançará resultados importantes, com o

acesso ao trabalho pelos detentos dentro da unidade prisional, facilitando o seu monitoramento. Além disso, os presidiários estariam se profissionalizando e se preparando para ingressar no mercado formal de trabalho, após o cumprimento da pena.

Os recursos para a realização da obra são buscados com a apresentação de projeto ao Juízo da Execução Penal da Comarca, visando ao recebimento de valores das penas de prestação pecuniárias, e com a cessão, pelo Município de Prefeitura de Nova de Serrana, de lotes de terrenos.

Após um período sem andamento, o projeto é retomado em fevereiro de 2020.

A ata referente ao mês de maio de 2020 registra a existência do valor de R\$ 295.000,00, referente a verbas de prestação pecuniária, destinado para a ampliação do presídio, porém o início das obras ainda aguardava a análise e autorização da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Depois de vários documentos e solicitações enviados por membros do Comitê, a reunião, realizada em agosto de 2020, conta com a presença de representantes do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) e da Subsecretaria de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia (Sulot), o quais apresentam como pendência, para a aprovação da construção, a ausência de documentos específicos para o tipo de obra a ser empreendida, que deveriam, a rigor, ser produzidos pelos órgãos estaduais.

Após protestos de integrantes do Comitê em relação à omissão do Estado de Minas Gerais quanto aos prédios públicos sob sua responsabilidade, o Município de Nova Serrana assume a elaboração da documentação pendente.

No dia 25/10/2020, após liberação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), as obras de ampliação da unidade prisional são iniciadas, tendo a ata de dezembro do mesmo ano registrado que o projeto estava encerrando a fase de preparação do solo.

2.3.5 Estrutura policial

No bloco intitulado como Estrutura Policial, englobamos as discussões e propostas do Comitê referentes à estrutura da Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Civil Municipal de Nova Serrana.

Vemos nessa temática, propostas de melhoria da infraestrutura policial, como a construção e reformas de edifícios, aquisição de equipamentos e conserto de viaturas policiais. E também ações voltadas para a melhoria das condições de trabalho, visando ao aumento do efetivo de policiais e ajustes em fluxos de atendimentos.

Aqui vamos destacar quatro propostas de ação: o aumento do contingente policial da Delegacia de Polícia, a construção da sua nova sede, a ampliação do Sistema Olho Vivo e a formação de um núcleo integrado de perícia e inteligência.

A deficiência do quadro de servidores da 5ª DRPC aparece na reunião de fevereiro de 2017 e continua em voga no final do ano de 2020, quando se encerra a nossa pesquisa.

As atas do Comitê registram que, apesar da repartição policial sediada em Nova Serrana ter sido elevada à qualidade de delegacia regional no ano de 2014, passando a atender uma região composta por seis cidades (Nova Serrana, Perdigoão, Araújos, Leandro Ferreira, Conceição do Pará e Pitangui), o número do contingente de servidores não acompanhou essa qualificação.

Pelo levantamento feito pelo Comitê, verificou-se que, em comparação com outras delegacias da região, a 5ª DRPC conta com um quadro de pessoal inferior, além de alto número de remoções de policiais civis sem reposição, tendo, como consequência, um grande volume de inquéritos policiais sem conclusão.

Dessa feita, dá-se início pelo Comitê às intervenções buscando a designação de mais policiais civis para a 5ª DRPC e o impedimento de remoções sem reposição.

Diante do insucesso das tentativas feitas pelas vias administrativas, é instaurado pela 4ª Promotoria de Justiça de Nova Serrana um inquérito civil público, dando origem à propositura, em setembro de 2019, da Ação Civil Pública nº 5003529-43.2019.8.13.0452, visando à condenação do Estado de Minas Gerais a promover a lotação de efetivo policial em quantitativo mínimo, especificado nos documentos levantados, e a não autorizar a remoção de policiais civis da 5ª DRPC sem a imediata reposição.

Em paralelo, o Comitê de Segurança Pública se mantém operante, buscando soluções juntos aos órgãos de segurança pública estaduais, inclusive, condicionando a construção da nova sede da 5ª DRPC ao compromisso do Estado de Minas Gerais com a ampliação e manutenção do número de investigadores, escrivães e delegados.

Nesse cenário, em março de 2020, em reunião realizada no Gabinete do Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, é subscrito um protocolo de intenções, no qual a Chefia da Polícia Civil se compromete a estabilizar o quadro de policiais da 5ª DRPC, num total de cinquenta servidores, e a efetuar apenas remoções fundamentadas e desde que previamente lotado novo servidor. Tal acordo fica condicionado à continuação, pelos membros do Comitê, do projeto de construção da nova sede da 5ª DRPC.

Ao que tudo indica, essa batalha do Comitê não tem previsão de acabar, porque o baixo número de policiais civis em todo o Estado de Minas Gerais, aliado à precariedade

no fornecimento de insumos e equipamentos, é um grave problema de segurança pública a se arrastar ao longo dos anos sem solução.

No tocante, especificamente, à proposta de construção da nova sede para Delegacia de Polícia, cumpre registrar que referido projeto teve seu início em abril de 2019.

Após algumas tratativas para busca de local e de recursos, a ata de janeiro de 2020 informa que a construção da nova sede da delegacia será em terreno cedido por um empresário de Nova Serrana, com elaboração do projeto pela Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Nova Serrana.

Como já dito, o Comitê vinculou a realização do projeto ao compromisso da Chefia da Polícia Civil de manter e melhorar o quantitativo pessoal da 5ª DRPC, porquanto a deficiência do quadro de policiais civis põe em perspectiva uma possível subutilização da nova sede.

Para a construção, o Comitê busca recursos das penas de prestação pecuniária e de verbas dos acordos de não persecução penal.

Ademais, a ata de agosto de 2020 confirma a destinação do valor R\$ 1.445.000,00 para a construção da nova delegacia, por emenda parlamentar apresentada pelo Deputado Estadual Fábio Avelar.

A obra está orçada em 2,5 milhões de reais, com 1.400 m² de construção.

Em dezembro de 2020, há informação de que a Prefeitura de Nova Serrana está aguardando o recebimento dos recursos para fazer a licitação e iniciar a construção.

Ainda no tocante à otimização do trabalho da Polícia Civil, merece destaque a mudança do fluxo de condução dos inquéritos policiais, iniciativa surgida em reuniões do Comitê, a qual ajustou o envio para o Ministério Público de todos os inquéritos em tramitação há mais de dez anos.

Com isso, muitos inquéritos antigos sem viabilidade de êxito na apuração do crime cometido foram arquivados pelo Judiciário, a pedido do Ministério Público, deixando a Polícia Civil em condições de se dedicar à investigação de fatos mais recentes, com maior chance de resultados positivos na redução da criminalidade.

Outras ações relevantes do Comitê em estudo, relativas à estrutura policial são as intervenções voltadas para o aparelhamento dos órgãos de segurança pública da Comarca, com ferramentas tecnológicas para o aprimoramento do setor de inteligência policial.

Como já dito no capítulo 1, a instalação do Sistema de Olho Vivo em Nova Serrana estava, em fase final de ajustes pelas autoridades públicas, antes da criação do Comitê.

Contudo, o instituto tem trabalhado para a ampliação e o aprimoramento do sistema, buscando a aquisição de novas câmaras e a criação de uma central de monitoramento bem estruturada.

Uma vez instalado no primeiro semestre de 2017, o Sistema de Olho Vivo aparece nas atas do Comitê de abril de 2017 a setembro de 2020 e as interlocuções acerca desse tema são feitas, principalmente, pela Prefeitura de Nova Serrana, Polícia Militar e Sindinova.

Em dezembro de 2017, é proposta a ampliação do sistema, com o aumento de 9 câmeras e também a criação de um centro de monitoramento, com a contratação de mais pessoas para a função de monitorantes.

A partir de fevereiro do mesmo ano, o Comitê começa a trabalhar o projeto, apresentado pela Polícia Militar, fazendo contato com empresas do ramo, para cotação dos valores e a consecução das verbas necessárias. Além do aumento do número de câmeras instaladas, tem-se como pauta precípua o aprimoramento do sistema, com o acréscimo de novas ferramentas tecnológicas, como, por exemplo, o leitor de placas de veículos.

Em setembro de 2018, é feita a destinação pela Câmara de Vereadores de Nova Serrana do valor de R\$ 200.000,00 para investimento no projeto.

Com o compromisso de destinação de verba parlamentar pelo Deputado Estadual Fábio Avelar, em março de 2019, é determinada a elaboração de novo projeto, ampliando de 9 para 26 o número de câmeras a serem adquiridas.

Contudo, no decorrer das tratativas, a Prefeitura de Nova Serrana apresenta proposta de empresa de tecnologia de ponta, para instalação de um sistema completo de 250 câmeras, contando inclusive com leitor de face, por R\$ 1.483.000,00, se comprometendo a conseguir os recursos faltantes mediante financiamento bancário, conforme registrado na ata de agosto de 2019.

Até dezembro de 2020, o projeto ainda se encontrava pendente de instalação.

Entretanto, o Sistema de Olho Vivo, apenas com o número de câmeras inicial, representou um fator de grande melhoria no desempenho das forças de segurança pública de Nova Serrana.

Registre-se que, em dezembro de 2018, o Sistema de Olho Vivo foi instalado, por meio de verba parlamentar, também no Município de Perdigão, passando o Comitê a alinhar ações entre a Prefeitura do Município, Polícia Civil e Polícia Militar para o seu acesso.

Pode-se notar que o empenho de ferramentas tecnológicas de inteligência artificial

se tornou um dos elementos centrais das ações de intervenção desenvolvidas pelo Comitê.

Nesse aspecto, chama a atenção pela sua desenvoltura, a proposta apresentada na ata de setembro de 2020, de criação de um núcleo integrado de perícia e inteligência, visando ao aparelhamento dos órgãos de segurança pública de Nova Serrana com recursos tecnológicos de última geração.

Levada à pauta pelo Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior, a intervenção recebeu imediata adesão dos demais atores do Comitê, com divisão de tarefas entre eles para o fim de elaborar e apresentar o projeto para recebimento de recursos de prestação pecuniária, em edital já em andamento na Comarca.

Além do emprego de tecnologia de ponta, a proposta é inovadora pela ideia de integrar no núcleo de inteligência, agentes de diversos setores – Polícia Militar, Polícia Civil e Sistema Prisional, sendo cogitada também a participação de órgãos de segurança pública da Comarca de Pitangui.

Seu objetivo é equipar e treinar esses profissionais para, com suporte tecnológico oferecido, periciar celulares apreendidos e outros equipamentos eletrônicos e, assim, extrair dados para gerar relatórios de inteligência capazes de subsidiar ações de prevenção e de planejamento de operações policiais.

2.3.6 Verbas e recursos

Nas ações do Comitê, vemos um trabalho intenso de arrecadação de verbas para viabilizar a execução de seus projetos.

As principais fontes buscadas são os recursos originados das penas de prestação pecuniária e de acordos de não persecução penal aplicados na Comarca de Nova Serrana, verbas parlamentares e doações da sociedade civil ao Consep.

Nesse aspecto, o Sindinova exerce um papel importante, incentivando as empresas a ele filiadas a contribuir com doações para o Consep. Também, muitas vezes, o próprio sindicato destina parte de seus recursos financeiros ao conselho.

Quanto às verbas parlamentares, verificamos um valor de grande monta destinado a ações desenvolvidas pelo Comitê ou sob o seu acompanhamento.

Nesse sentido, a ata de novembro de 2018 informa a instalação do Sistema de Olho Vivo em Perdigão, por meio de verba parlamentar no valor de R\$ 300.000,00.

A ata de abril de 2019 registra a destinação, pelo Deputado Estadual Fábio Avelar, de verba no valor de R\$ 1.000.000,00 para a ampliação do mesmo sistema de

monitoramento em Nova Serrana.

Já em referência a projetos destinados a melhoria da estrutura da Polícia Civil, a reunião de agosto de 2020 informa a destinação, por meio de emenda parlamentar de autoria também do Deputado Fábio Avelar, do valor de R\$ 1.445.000,00 para construção da nova sede da Delegacia Civil. Já a reunião de novembro do mesmo ano registra a destinação, pelo mesmo deputado, do valor de R\$ 500.000,00 para a aquisição de veículos e equipamentos para a 5ª DRPC.

O Legislativo de Nova Serrana também destinou recursos para investimento em segurança pública, com o acompanhamento da aplicação dos valores pelo Comitê.

No que se refere à consecução de recurso, é de grande relevância a atuação do Ministério Público, na pessoa do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior.

Como titular de uma das Promotorias de Justiça Criminais de Nova Serrana, Alderico de Carvalho Júnior desempenhava o papel de orientar as instituições integrantes do Comitê quanto à apresentação de projetos ao Juízo da Execução Penal, conforme editais publicados, voltados para a destinação de recursos das penas pecuniárias aplicadas na Comarca.

Os documentos estudados ainda registram a articulação do Promotor de Justiça acima nomeado, para a destinação de valores pagos em acordos de não persecução penal diretamente ao Consep, para aplicação em ações do Comitê.

Como registram as atas do período de março de 2019 a janeiro de 2020, Alderico de Carvalho Júnior também foi o responsável por conseguir o retorno para a Comarca de Nova Serrana, do recurso de R\$ 500.000,00 retirado pela Presidência do TJMG.

Os valores das penas pecuniárias, conforme regramento próprio, devem ser aplicados na segurança pública da comarca em que são originados. Contudo, a partir do edital referente às verbas do ano de 2017, os projetos apresentados em atendimento aos editais já publicados deixam de ser analisados pelo Juízo da Execução Penal da Comarca de Nova Serrana, ao fundamento da inexistência de recursos.

Em apuração do ocorrido, pelo extrato bancário da conta judicial destinada ao depósito das prestações pecuniárias, verifica-se a transferência, no dia 18/07/2019, do montante de R\$ 500.000,00 para conta bancária vinculada à Presidência do TJMG, sob a justificativa de seu emprego para compor um fundo destinado à ampliação das APACs⁴ em Minas Gerais.

Alegando que tal retirada é contrária às normas determinantes da destinação dos

⁴ Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que conta com método próprio para recuperação de pessoas condenadas à pena privativa de liberdade.

valores, o Comitê intervém junto à Presidência do Tribunal de Justiça, buscando a devolução da quantia transferida. Apresenta, ainda, como fundamento para a reconsideração da transferência, todo o trabalho desenvolvido pelo instituto, como a discussão de propostas de ação e a elaboração de projetos de engenharia e arquitetônicos e de orçamentos, por meses a fio, havendo quatro projetos apresentados pelo Comitê, com todos os requisitos preenchidos, sem apreciação pelo Judiciário.

Com a negativa de devolução do dinheiro, o Comitê decide, na reunião de outubro de 2019, pela representação no Conselho Nacional de Justiça contra a Presidência do TJMG, a ser assinada em conjunto pelo Ministério Público, Sindinova, Credinova (banco cooperativo), Consep de Nova Serrana e Ordem dos Advogados do Brasil.

A ata de dezembro de 2019 relata o êxito da intervenção, com a devolução para a Comarca de Nova Serrana de todo o montante transferido.

Pode-se concluir que a atitude do Comitê de não se curvar à burla das regras promovida pela Presidência do TJMG e o êxito da ação empreendida, serviu para o seu fortalecimento e maior integração entre seus membros. Tal feito, provavelmente, não teria se realizado, se não fosse a existência de uma sociedade civil organizada na Comarca de Nova Serrana, pela ação do instituto em estudo.

Em relação aos recursos aplicados pelo Comitê, também é de suma importância o papel desempenhado pelo Consep de Nova Serrana. De fato, é o conselho o responsável por receber todas as verbas arrecadadas e repassar para o responsável por cada projeto, à medida em que ações vão sendo aprovadas.

Ademais, o incentivo aos seus associados para investirem na Segurança Pública da Comarca feito pelo Sindinova e, a partir do final de 2020, também pela CDL, é facilitado pela possibilidade de direcionamento desses recursos ao Consep de Nova Serrana, sendo esse um conselho comunitário que conta com a confiança do cidadão, estando já há muitos anos em atuação no município.

2.3.7 Assuntos diversos

Sob a temática assuntos diversos, foram englobadas as questões remanescentes não inseridas nos demais temas, tais como, as propostas de levantamento de dados e estatísticas, prestações de contas, ações com alvos determinados e sugestões.

Vemos que, das ações do Comitê voltadas para o trabalho preventivo e educativo, alguns desdobramentos levaram à necessidade de adoção de medidas com focos específicos.

Nesse sentido, temos as ações já descritas de fiscalização conjunta de estabelecimentos comerciais com ambientes propícios à prática de crimes. Em alguns desses estabelecimentos, fez-se necessária uma atuação repressiva por parte das forças de segurança, de forma integrada sob a tutela do Comitê.

Não surtindo o efeito devido às ações preventivas e fiscalizatórias empreendidas, desencadeou-se um direcionamento mais incisivo sob determinado foco. Para tanto, a Polícia Civil se incumbiu de investigar e levantar informações sobre os responsáveis pelo estabelecimento comercial, para fornecer subsídios à atuação do Ministério Público.

O caminho inverso também faz parte das ações do Comitê, muitas vezes desencadeadas visando a um foco específico para se alcançar um resultado de prevenção geral. Nesse sentido, o trecho da entrevista do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior:

A atuação, de fato, de privar alguém de liberdade é uma decisão difícil. Manter alguém preso é uma decisão difícil. Mas não há outra alternativa, (...) aliás, há outra alternativa. A alternativa muitas vezes é a barbárie. E é o que, ... era o que acontecia em Nova Serrana, quando a gente não tinha um monitoramento efetivo da macrocriminalidade e dos infratores contumazes. Essas pessoas, elas se sentiam livres e impunes e faziam novas vítimas.

Então, por exemplo, se você tem mil roubos em uma cidade, em uma determinada região territorial, não são mil autores de roubo. São poucas pessoas que reiteram nessa prática delitiva. E o meio p'ra você evitar a barbárie é muitas vezes você segregar. Então, é mais ou menos essa linha que o Comitê e as instituições seguiram por um tempo, de fazer uma intervenção mais estratégica, mais focada na macrocriminalidade, uma intervenção mais inteligente e do que meramente uma atuação de polícia ostensiva.

Por fim, encontram-se elencadas como assuntos diversos a ações voltadas para a prestação de contas pelo Consep de Nova Serrana, que passou a ser feita também no informativo produzido pelo Sindinova, com a finalidade de deixar os associados do sindicato a par das ações desenvolvidas pelo Comitê.

É importante observar que todas as temáticas abordadas no presente capítulo se interligam e se complementam, num movimento dinâmico de fortalecimento recíproco.

Assim é que, por exemplo, os bons resultados alcançados pelas ações de intervenção no cumprimento das penas estimulam atores e parceiros na destinação de verbas e recursos para outros projetos ou a se comprometerem em execução de grandes obras, como a construção da nova sede da Delegacia Regional de Polícia Civil.

Todos esses assuntos abordados e o respectivo envolvimento dos integrantes do Comitê em pôr em prática as ideias aprovadas apontam para a forte integração promovida pelo instituto, com um impacto importante na segurança pública da Comarca de Nova Serrana, como mais adiante será tratado.

No capítulo seguinte, vamos abordar, sob outra perspectiva metodológica, os

dados aqui apontados, procurando demonstrar como a composição do Comitê, suas decisões, ações desenvolvidas e o envolvimento das instituições nesse processo, interação entre si, realçando características fundamentais do instituto em estudo.

3 Redes de participação

Embora existam diferentes definições de *policy networks*, ou redes de políticas públicas, adota-se aqui uma definição minimalista, segundo a qual:

Redes de políticas públicas são conjuntos de laços institucionais formais e informais entre atores governamentais e outros atores estruturados em torno do compartilhamento de crenças e interesses na formulação e implementação de políticas públicas. (Rhodes, 2008, p. 426, *apud* Santos *et al*, 2021).

Com base nessa definição, a análise de redes aqui desenvolvida visa a verificar se de fato o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana constitui uma rede de políticas públicas e quais as principais características dessa rede.

3.1 Análise dos atores

Buscando vislumbrar quais instituições têm papel mais relevante nas tratativas do Comitê e como elas se relacionam entre si, usamos a estratégia de análise de redes, metodologia de análise social empregada para o estudo das relações que os atores de um grupo estabelecem uns com os outros, criando ou não uma interdependência entre si e outros efeitos, como colaboração, apoio, aconselhamento, controle ou influência.

Com esse método, queremos também propor uma nova abordagem sobre os dados já apontados, de presença e participação de atores e instituições no Comitê em estudo, a relação desses atores com os temas e ações desenvolvidas, comparando o que esses dois métodos, a interpretação descritiva dos documentos levantados (subtítulos 2.2 e 2.3 do capítulo anterior) e a análise de redes, apresentam como resultados e se esses resultados são semelhantes ou não.

As medidas descritas nos quadros abaixo, com sua respectiva interpretação substantiva, serão adotadas para a análise da rede de atores do Comitê.

QUADRO 1: Interpretação das medidas de centralidade

Medida/descrição	Interpretação substantiva
<i>Degree</i> – centralidade de grau, calculada pelo número de laços, ou seja, é o tamanho da rede de um determinado ator.	Atores com mais vínculos têm maiores oportunidades porque têm escolhas. Ou seja, podem escolher realizar trocas entre muitos atores. Se um dos atores com o qual ele se relaciona se negar a realizar trocas com ele, ele tem a opção de escolher outros atores. Essa autonomia os torna menos

	dependentes de qualquer outro ator específico e, portanto, mais poderosos.
<i>Closeness</i> – centralidade de proximidade, refere-se ao número mínimo de passos necessários para um ator entrar em contato com os demais atores do sistema.	A proximidade permite que o poder seja exercido por negociação direta e pela troca. Atores com elevados escores de centralidade de proximidade também podem ser vistos como centros de atenção, visto que seus pontos de vista podem ser levados em consideração por um número maior de atores. Esta vantagem estrutural pode ser traduzida em poder.
<i>Betweenness</i> – centralidade de intermediação, baseada na ideia do controle que um ator exerce sobre as interações entre dois outros atores.	Capacidade de ficar entre dois outros atores. O fato de um ator estar entre pares de atores e de que nenhum outro ator esteja entre ele e os demais é uma vantagem. Se esse ator quiser entrar em contato com outro ator, ele pode simplesmente fazê-lo. Por sua vez, essa posição também dá ao ator a capacidade de intermediar contatos entre outros atores. Assim, ele pode extrair “taxas de serviço” ou isolar atores. Essa posição estrutural na rede pode ser interpretada como uma forma de poder.

Fonte: Lazega e Higgins (2014) e Hanneman e Riddle (2005) *apud* Santos *et al* (2021)

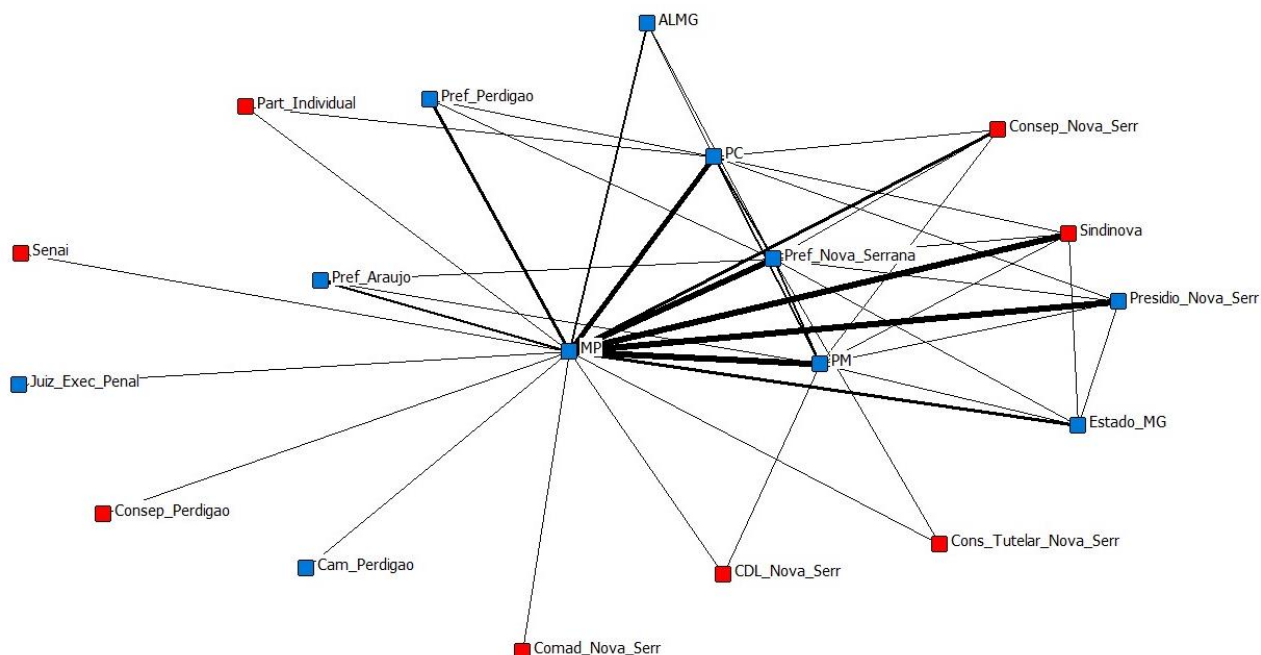
A figura a seguir traz as relações dos atores que se fizeram presentes nas reuniões do Comitê, facilitando a compreensão de quais instituições têm papel relevante nas tratativas do instituto e relacionando, também, quais integrantes da rede têm papel central no processo.

Os atores estão divididos em poder público e sociedade civil, sendo azuis PP e vermelhos SC.

A rede foi construída com base num dado relacional. Esse dado relacional é a presença dos atores numa mesma reunião do Comitê. As reuniões levadas em consideração foram as realizadas de novembro de 2016 a dezembro de 2020, num total de 48 reuniões.

As posições de maior relevância estão no centro da figura, sendo que quanto mais central se mostra um ator, mais importância ele exerce no processo.

Figura 1: Rede de atores do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana



Elaboração própria com base nos dados do Comitê

Além da rede de atores visualmente representada na figura acima, é importante usar para a sua avaliação os resultados dos dados estatísticos levantados pela metodologia empregada, conforme tabela 4.

Esses dados mostram que os atores mais centrais do Comitê são o Ministério Público, o Poder Executivo de Nova Serrana, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Executivo do Estado de Minas Gerais, o Presídio de Nova Serrana e o Sindinova.

Tabela 4: Estatísticas dos atores centrais

ID	Número de participações	Degree	Closeness	Between
MP	45	18	18	101,4000015
Pref_Nova_Serrana	47	11	25	12,39999962
PC	37	9	27	7,199999809
PM	46	9	27	6,400000095
Estado_MG	16	5	31	0,200000003
Presidio_Nova_Serr	45	5	31	0,200000003
Sindinova	48	5	31	0,200000003
Consep_Nova_Serr	18	4	32	0
ALMG	12	3	33	0
Pref_Araujo	11	3	33	0
Pref_Perdigao	18	3	33	0
CDL_Nova_Serr	5	2	34	0

Cons_Tutelar_Nova_Serr	4	2	34	0
Part_Individual	4	2	34	0
Cam_Perdigao	2	1	35	0
Comad_Nova_Serr	2	1	35	0
Consep_Perdigao	1	1	35	0
Juiz_Exec_Penal	2	1	35	0
Senai	3	1	35	0

Elaboração própria com base nos dados do Comitê

Vemos que o Ministério Público, além de estar na posição mais central da rede, é o que apresenta a centralidade de grau (*Degree*) com maior número de laços, ou seja, é o detentor de maiores vínculos com os outros participantes.

Interessante notar que os vínculos do Ministério Público são mais numerosos com o Executivo de Nova Serrana, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Presídio de Nova Serrana e o Sindinova, todos atores centrais na configuração do Comitê.

Dentre os atores componentes da rede, também é o Ministério Público o que apresenta a menor centralidade de proximidade (*Closeness*), indicando ser ele capaz de chegar perto de outros atores de forma mais rápida, fazendo com que seus pontos de vista sejam levados em mais consideração.

A proximidade do órgão ministerial é mais acentuada com o Executivo de Nova Serrana e com a Polícia Militar.

Além disso, a rede revela o Ministério Público como único participante que se relaciona diretamente com todos os demais, sem necessidade de intermediários, apresentando centralidade de intermediação (*Betweenness*) muito superior a todos os outros. O resultado dessa medida mostra o órgão ministerial como um ator autônomo na sua relação com os demais e com maior capacidade de intermediar contatos entre eles.

Como atores que também se destacam nas medidas acima tratadas, temos o Poder Executivo de Nova Serrana, a Polícia Civil e a Polícia Militar, se revelando atores com forte influência das ações do Comitê, com bom número de laços com demais participantes, considerável índice de proximidade em suas relações e capacidade de se relacionar diretamente com um número maior de atores.

Importante ressaltar que, embora o Executivo do Estado de Minas Gerais apareça em posição de destaque na rede, esse resultado pode ser melhor analisado quando se leva em conta as informações do subtítulo 2.2 do capítulo anterior. Como descrito, apesar de se fazer presente em um bom número de reuniões, a participação do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais não se apresenta de grande relevância quando se leva em

consideração o seu envolvimento na execução das ações do Comitê.

O Sindinova e o Presídio de Nova Serrana, por sua vez, obtiveram resultados idênticos aos do Estado de Minas, contudo, são atores de grande importância para o Comitê, como também analisado no subtítulo 2.2.

De fato, o Sindinova é uma instituição imprescindível para a existência do instituto estudado e para a sua capacidade de alcançar as metas propostas.

O Presídio de Nova Serrana, além de ter uma presença relevante nas reuniões, é um dos destinatários principais das intervenções do Comitê, como pode ser visto pelo grande número de ações e propostas de ampliação da unidade prisional, visando à melhoria das penas privativas de liberdade.

Tais observações, contudo, não contradizem o resultado apresentado pela rede. As posições do Sindinova e do Presídio de Nova Serrana como atores mais centrais do Comitê em relação ao Estado de Minas Gerais podem ser visualizadas na rede de participação (figura 1), por apresentarem os dois primeiros um número bem mais forte de conexões diretas com o Ministério Público.

Interessante notar que o Presídio de Nova Serrana aparece como o ator mais próximo do Executivo do Estado de Minas Gerais, dado que se mostra coerente com as observações sobre o envolvimento, quase exclusivo, do Estado de Minas Gerais nas ações direcionadas ao cumprimento das penas privativas de liberdade, também apresentadas no subtítulo 2.2.

Quanto ao Consep de Nova Serrana, embora não esteja entre os atores centrais acima descritos, apresenta um bom número de vínculos e se encontra posicionado na figura 1 próximo aos atores principais, o que denota uma participação intermediária, mas de grande relevância.

Em relação aos demais atores periféricos, vemos na rede apresentada que Comad de Nova Serrana, Consep de Perdigoão, Poder Legislativo de Perdigoão, Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Poder Judiciário aparecem nas posições mais isoladas e têm como única conexão o laço com o Ministério Público.

Apesar de presentes em algumas reuniões do instituto, tais atores não compõem o seu núcleo de deliberação e de assunção de tarefas, como já foi objeto de análise no capítulo anterior.

Por fim, observa-se entre os atores periféricos a participação individual de cidadãos. Tal informação também é vista na análise das atas do Comitê, nas quais observamos que a participação de pessoas - não integrantes de órgãos públicos ou entidades da sociedade civil - é restrita às reuniões com pautas específicas para assuntos

pontuais, mais diretamente relacionados ao interesse dos cidadãos presentes.

Os registros de participações individuais denotam que o Comitê demonstra abertura, conquanto restrita, para ouvir o cidadão.

Essa constatação, contudo, não indica uma deficiência do Comitê na representação dos interesses da população. Por ser um âmbito de deliberação e de definição de estratégias na segurança pública, sua composição não pode ser ampliada a ponto de pôr em risco a efetividade de suas ações.

A rede de participação demonstra, assim, que o Comitê gira em torno da articulação de órgãos de segurança pública da Comarca, centralizada pelo Ministério Público e que, além de atores da área da segurança, integram o seu núcleo o Poder Executivo de Nova Serrana e o Sindinova.

Esse núcleo de atores, por ser composto essencialmente por forças de segurança pública da Comarca, fortalece e dá legitimidade às ações do instituto. Ademais, o seu amplo campo de participação de outros atores, de gama diversificada, demonstra ser o Comitê dinâmico e aberto a agregar novas forças.

Essa última observação é importante ao se pensar que, como um organismo voltado para a atuação na segurança pública, o Comitê deve estar aberto a dialogar com a população e também com outras áreas essenciais para a construção de um projeto mais democrático de defesa da sociedade.

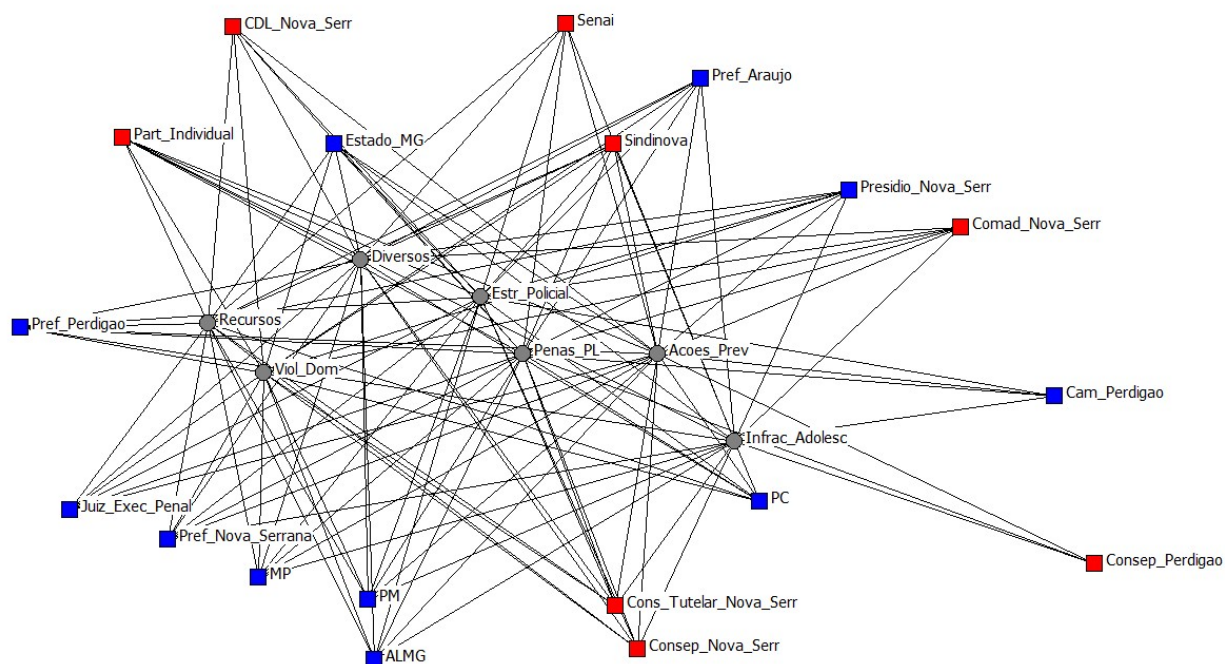
Nesse ponto, seria de grande valia para o aprimoramento das intervenções do Comitê o seu diálogo, por exemplo, com as redes de assistência social dos municípios de Nova Serrana, Araújos e Perdigão.

3.2 Rede de atores e temas

Conforme discriminação feita no capítulo 2, os assuntos abordados pelo Comitê foram divididos em sete temas: estrutura policial, ações preventivas e educativas, execução e cumprimento de penas privativas de liberdade, adolescentes e prática de atos infracionais, verbas e recursos, violência doméstica e assuntos diversos.

A rede a seguir mostra a relação estabelecida entre os atores do Comitê e esses temas. Os dados relacionais usados na sua construção foram os temas abordados numa mesma reunião do Comitê e os atores presentes na reunião, cujo tema foi pautado.

Figura 2: Rede de atores e temas do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana



Elaboração própria com base nos dados do Comitê

O principal resultado aqui é que não houve segmentação da rede por temas específicos. Isso se nota porque os temas são centrais e não periféricos.

Esse resultado indica que todos os atores estiveram envolvidos com todos os temas, fator positivo porque mostra uma rede muito integrada entre atores e temas.

Vemos que alguns temas estão mais ligados a alguns atores.

Em certa medida, isso é esperado, até pela natureza dos atores e os assuntos sob sua responsabilidade, como, por exemplo, a proximidade do Conselho Tutelar de Nova Serrana do tema adolescentes e atos infracionais.

Contudo, outras proximidades não aguardam relação direta com a responsabilidade precípua do ator.

Nesse sentido, vemos a Polícia Militar mais próxima das ações de intervenção no cumprimento das penas privativas de liberdade e de violência doméstica, do que os temas estrutura policial e ações preventivas. Esse dado condiz com o estudo das atas do Comitê, que mostra a Polícia Militar integrando, como órgão de apoio e suporte, várias ações. Vemos, também, o voluntarismo do 60º BPM em ajudar em problemas apresentados por outros órgãos.

Importante notar, ainda, que, dos 19 atores apontados como participantes das reuniões do Comitê, 12 apresentaram laços com todos os 7 temas e 5 atores apresentaram laços com 6 temas, o que reforça o resultado de amplo envolvimento de todos os atores com todos os temas.

A rede traz como temas centrais estrutura policial e penas privativas de liberdade,

indicando terem sido esses os assuntos que receberam a maior atenção do Comitê, resultado semelhante ao apontado no capítulo 2.

Nesse ponto, entendemos que o Comitê de Intervenção deve se atentar para o risco de uma instrumentalização excessiva, com uso, além do necessário, de ferramentas tecnológicas. É importante buscar um equilíbrio para que suas instituições não se tornem extremamente técnicas, de modo a se distanciar da população.

O resultado da metodologia de análise de rede aqui empregado revela o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana como um instituto dinâmico e em movimento, procurando fazer a ligação de um assunto pautado com outras probabilidades, cuja participação de seus integrantes se dá de forma colaborativa e com assunção de tarefas de forma equânime entre os atores.

3.3 Resumo e comentários

A análise da rede de políticas públicas formada em torno de Comitê mostrou-se bastante compatível com o esperado na teoria. Uma rede caracterizada:

1) pela unidade, pois não foram identificadas fragmentações entre grupos de atores e nem entre temas.

2) com relação à temática, também não houve fragmentação, o que significa que todos os atores, ainda que com intensidades diferentes, estiveram envolvidos na problemática em geral.

3) o ambiente estrutural da rede, por se mostrar íntegro, ou seja, não fragmentado, foi propício para caracterizar um elemento fundamental nas redes de PP que é o compartilhamento de crenças entre os atores.

Em suma, uma rede marcada pela unidade, coesão e compartilhamento de crenças e valores. Não que não tenham coexistido diferentes posições e debates com pontos de vista conflitantes, mas, certamente a divergência não foi maior que a convergência e o compartilhamento. Isso fica claro pela não fragmentação entre atores e também pela não segmentação por temas.

Esses elementos, certamente, foram fundamentais para os resultados obtidos pelo Comitê.

4 O Impacto do Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana

4.1 Estatísticas e ações desenvolvidas diretamente pelas forças de segurança pública atuantes na Comarca de Nova Serrana

Antes de adentrarmos nos resultados que tiveram como condição necessária a intervenção do Comitê em estudo, gostaríamos de analisar os dados estatísticos divulgados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), bem como apontar ações de grande relevância desenvolvidas diretamente pelas forças de segurança da Comarca.

Os levantamentos feitos e divulgados pelo 60º BPM são unânimes em apontar uma grande redução nos índices de criminalidade dos municípios que integram a Comarca de Nova Serrana, a partir do ano de 2017.

Segundo o material Ações no Comando do 60º BPM, elaborado em julho de 2020 e de divulgação interna pela Polícia Militar de Minas Gerais, os dados confirmam a queda nos registros de crimes violentos em toda a área do 60º BPM, composta pelos municípios de Nova Serrana, Araújos, Perdigoão, Leandro Ferreira, Pitangui e Conceição do Pará.

Registra o material que a região vinha apresentando uma tendência de aumento de crimes violentos entre os anos de 2014 a 2016 e que essa tendência se inverteu a partir de 2017, sendo que, entre o total de crimes violentos registrados em 2017 (2.580 crimes) e o total de registros em 2019 (1.105 crimes), houve uma queda de 57,17%.

Especificamente em relação à Comarca de Nova Serrana, temos os seguintes dados, quanto aos registros de crimes violentos⁵:

Tabela 5 – Registros de crimes violentos praticados nos municípios que compõem a Comarca de Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nova Serrana	1182	1140	1807	1933	1296	679

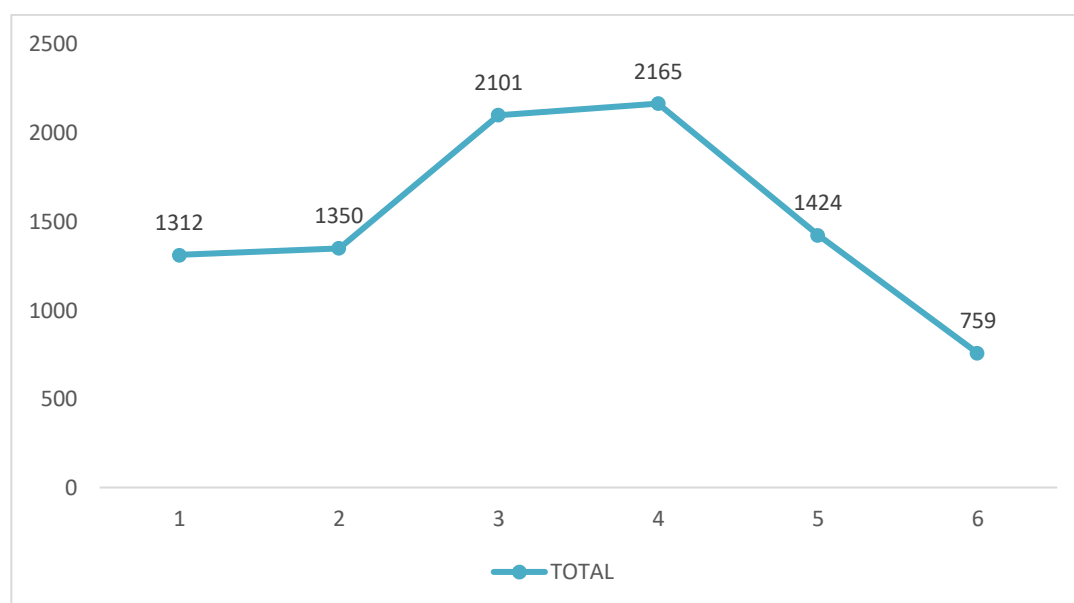
⁵ Os crimes violentos são homicídio consumado e tentado, extorsão mediante sequestro consumado, sequestro e cárcere privado consumado e tentado, estupro consumado e tentado, estupro de vulnerável consumado e tentado, roubo consumado e tentado e extorsão tentado e consumado (fonte: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/noticiaspolicias/conteudo.action?conteudo=215041&tipoConteudo=noticia>, acesso em 06/04/2021).

Perdigão	88	137	192	178	82	52
Araújos	42	73	102	54	46	28
TOTAL	1312	1350	2101	2165	1424	759

Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal Minas em Números (www.numeros.mg.gov.br)

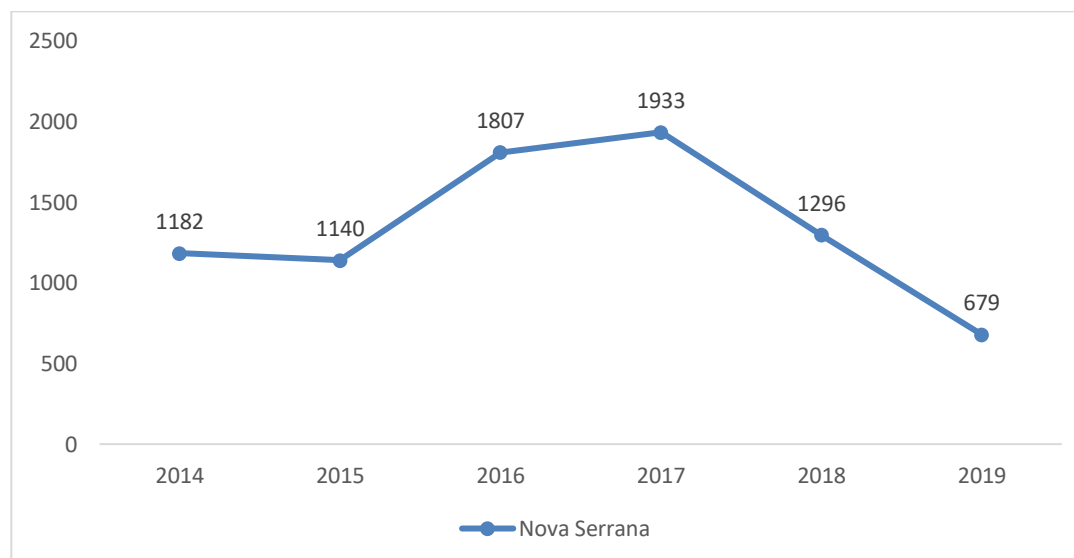
Os gráficos abaixo mostram visualmente a linha de tendência de queda a partir de 2017.

Gráfico 1: Crimes violentos praticados na Comarca de Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019



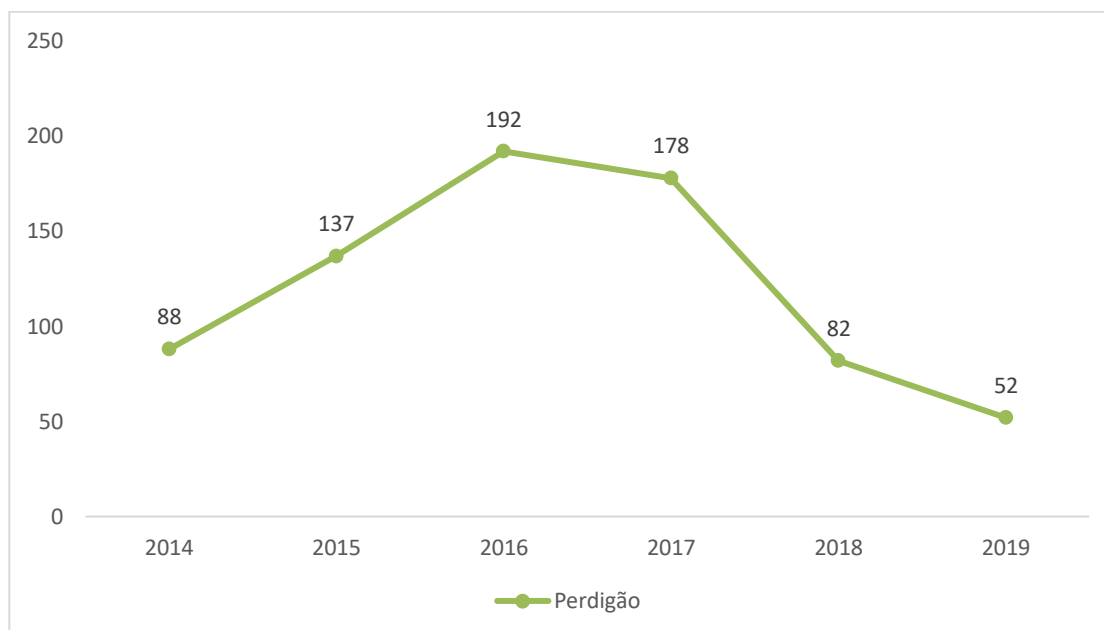
Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal Minas em Números (www.numeros.mg.gov.br)

Gráfico 2: Crimes violentos praticados em Nova Serrana nos anos de 2014 a 2019



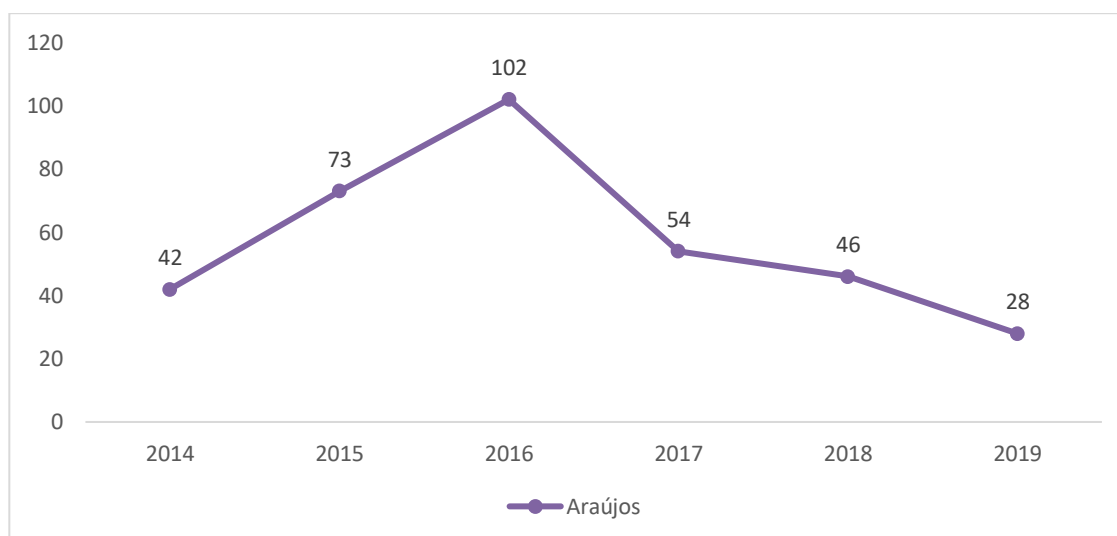
Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal Minas em Números

Gráfico 3: Crimes violentos praticados em Perdigão nos anos de 2014 a 2019



Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal Minas em Números (www.numeros.mg.gov.br)

Gráfico 4: Crimes violentos praticados em Araújo nos anos de 2014 a 2019



Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal Minas em Números (www.numeros.mg.gov.br)

Vê-se que de 2017 para 2019, os registros de crimes violentos na Comarca caiu de 2.165 para 759, uma queda, portanto, de 64,94%. Assim, a queda apresentada pela Comarca de Nova Serrana foi maior do que a redução registrada em toda a região do 60º BPM, mesmo contando um grande crescimento demográfico, como veremos a seguir.

Segundo dados do IBGE, entre os anos de 2010 e 2020, os três municípios da

Comarca apresentaram o seguinte crescimento demográfico:

Tabela 6 – Crescimento demográfico de Nova Serrana, Perdigoão e Araújos entre os anos de 2010 e 2020

Ano	2010	2020	Crescimento
Nova Serrana	73.699	105.520	43,17%
Perdigoão	8.912	11.755	31,9%
Araújos	7.883	9.401	19,25%

Elaboração própria com base nos dados extraídos do portal cidades.ibge.gov.br, levando em consideração o último censo realizado pelo IBGE (ano de 2010) e a estimativa calculada para o ano de 2020 (ano previsto para o próximo censo, que, contudo, não se realizou).

A comparação dos dados de criminalidade entre os anos de 2010 e 2020 aponta uma redução de 15% nos crimes violentos registrados em Nova Serrana, conforme notícia veiculada pelo Jornal O Popular em 23/09/2020⁶, tendo como fonte informações repassadas pela Polícia Militar.

Segundo a notícia, a cidade, em dez anos, reduziu o número de crimes, mesmo tendo a sua população aumentado quase 32 mil habitantes, ou seja, um crescimento de mais de 40%.

Por outro lado, conforme notícia divulgada pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) em julho de 2019, todo o estado de Minas Gerais apresentou queda nos registros crimes violentos a partir do ano de 2017⁷.

Pelos dados apresentados na notícia, observa-se que, do 1º semestre de 2017 ao 1º semestre de 2019, o Estado alcançou uma queda de 49,14% nos registros de crimes violentos. Como já dito, a redução alcançada pela Comarca de Nova Serrana entre os anos de 2017 e 2019 foi de 64,94%.

Assim, ainda que tenha havido uma tendência de queda dos índices de criminalidade em todo o Estado de Minas Gerais, vê-se que a Comarca de Nova Serrana apresentou uma redução 7,77% maior do que a registrada na região do 60º BPM e 15,8% maior que a queda apresentada pelo Estado, mesmo sendo, há vários anos, um dos municípios mineiros com maior crescimento demográfico.

A situação de Nova Serrana chama a atenção também pelo fato de que o

⁶ MISSÃO cumprida: Índices de criminalidade têm redução e ficam abaixo dos obtidos há 10 anos. O Popular, Nova Serrana, edição nº1804, p. 3, 23 de set. de 2020.

⁷ Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/story/3663-minas-gerais-tem-menor-indice-de-criminalidade-dos-ultimos-oito-anos>>, acesso em 28/02/2021.

monitoramento de roubos consumados do ano de 2017 demonstrava que o município de Nova Serrana/MG era o mais violento de todo o Estado de Minas Gerais, sendo que, atualmente, Nova Serrana não mais integra a lista de municípios com índice de criminalidade violenta monitorados pela Sejusp.

Nesse sentido, trecho da entrevista do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior:

(...) Mudou muita coisa em Nova Serrana. Eu costumo até sustentar isso nos plenários dos júris que eu fiz em Nova Serrana, porque, quando eu fui pra Nova Serrana no ano de 2013, os jornais locais faziam contagem de homicídios por (mês). A gente tinha um índice de homicídios por 100 mil habitantes de cenário de guerra, inclusive, era monitorado pelo Governo do Estado, no Igesp Focal, um comitê integrado de gestão de segurança pública p'ras cidades mais violentas do Estado.

Ainda segundo o material Ações no Comando do 60º BPM, a redução de crimes violentos a partir do ano de 2017 foi alcançada por meio de um plano de ações aplicado pelo comando do batalhão, o qual seguiu três eixos básicos: investimentos, estratégias e comprometimento.

Por meio desse plano de ação, com o apoio do Poder Público e da Sociedade Civil, foram conseguidos recursos financeiros para a ampliação da estrutura da Polícia Militar e o aumento de seu efetivo. Esses recursos recebidos foram potencializados ao máximo, por meio das estratégias desenvolvidas, tais como a ampliação das operações de inteligência e ações de visibilidade e de seteriorização do policiamento, e também de iniciativas para trabalhar o comprometimento e a motivação da tropa do 60º BPM.

Todas essas ações desenvolvidas pelo 60º BPM, tendo como seu Comandante o Coronel Wemerson Lino Pimenta⁸, foram reconhecidas com louvor por toda a população e destacadas como modelo no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais.

Também pela Polícia Civil foram desenvolvidas ações de extrema importância para a Comarca de Nova Serrana, tendo o órgão de segurança, apesar de contar com estrutura de trabalho precária, agido de forma heroica na história recente de Nova Serrana.

Destaca-se que, entre os anos de 2013 e 2015, o trabalho da Polícia Civil foi fundamental para combater ações de quadrilhas rivais que operaram uma verdadeira guerra na cidade, com alto número de homicídios, trabalho mantido nos anos seguintes, mesmo com a deficiência de recursos estruturais e humanos já citada.

Todo o excelente trabalho desenvolvido pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, em cada campo de atuação das respectivas instituições, alcançou resultados de extrema

⁸ Em agosto de 2020, assumiu o comando do 60º BPM o Tenente-Coronel Alexsander de Oliveira Silva.

importância na redução da violência em Nova Serrana.

Somadas ao trabalho feito individualmente por cada uma dessas instituições, foram de grande relevância as várias operações policiais específicas, realizadas em conjunto pela Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público, contando com o apoio do Judiciário e também de equipes de outras regiões e estados, como, por exemplo, a operação chamada de *covil de ladrões*.

Além de todos esses trabalhos, entendemos que o Comitê de Intervenção Estratégica também contribuiu consideravelmente para a redução dos índices de criminalidade na Comarca de Nova Serrana, como analisaremos nos tópicos que seguem.

Com efeito, os dados levantados apontam para resultados e ações desenvolvidas na área da segurança pública da Comarca de Nova Serrana, os quais só foram possíveis porque contaram com a articulação do instituto em estudo.

Também é possível observar impactos internos positivos, gerados pela ação do Comitê nas instituições que o integram.

Sobre essas duas perspectivas, discorreremos a seguir, nos subtítulos 4.2 e 4.3.

4.2 Ações desenvolvidas na segurança pública da Comarca de Nova Serrana que tiveram como condição necessária a intervenção do Comitê

Como narrado, as ações desenvolvidas de forma individual pelos órgãos de segurança pública de Nova Serrana foram essenciais para a redução da criminalidade na Comarca.

Contudo, a atuação do Comitê de Intervenção Estratégica se revelou fundamental para o desenvolvimento de ações, não necessariamente ligadas diretamente ao trabalho das Polícias Civil e Militar, mas que demandaram a aproximação e integração de forças de segurança pública, instituições públicas e sociedade civil, para tornar possível a obtenção dos resultados.

Podemos elencar como ações de integração de forças e de atores todas as intervenções do Comitê voltadas para a atuação preventiva e educativa descritas no subtópico 2.3.2 do capítulo 2.

Dentre essas, destacamos as ações conjuntas de identificação de locais de venda de produtos de crimes (crime de receptação) e a ação de fiscalização de estabelecimentos comerciais, apontados como locais de ocorrência reiterada de crimes. Ambas demandaram a integração de vários órgãos, como a Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Ainda no sentido da integração promovida pelo Comitê, podemos verificar que, em que pese o projeto de construção de uma nova sede para a 5ª DRPC pudesse ser realizado apenas por meio das atuações do Município de Nova Serrana e de parlamentares junto ao Governo Estadual, essa realização não atingiria a dimensão alcançada pelo Comitê.

Além do fato da integração do instituto ter conseguido um grande aporte de recursos para o projeto em questão, as intervenções do Comitê foram fundamentais para atrelar a construção da nova delegacia à garantia da manutenção de um número mínimo de delegados, escrivães e investigadores no quadro de servidores da 5ª DRPC.

Mesmo que esteja longe de ser alcançado o número ideal de agentes para o funcionamento efetivo de uma unidade da Polícia Civil destinada ao atendimento de toda uma região, vê-se que o Comitê demonstra firmeza em não desistir dessa intervenção.

Por fim, no referente à consecução de verbas para a realização das propostas, vemos que a integração dos diversos integrantes do Comitê também se mostra fundamental.

Como já destacado no subtópico 2.3.6 do capítulo 2, a presença dos integrantes das forças de segurança, poder público, Ministério Público e sociedade civil em uma mesma reunião, facilitou sobremaneira a consecução de recursos para as soluções almejadas.

Assim, a união dos membros do Comitê favoreceu o processo de recebimento de recursos, agilizando a apresentação de projetos perante o Juízo da Execução Penal, para recebimento de valores das prestações pecuniárias, encurtando o caminho para a destinação de verbas da iniciativa privada ao Consep de Nova Serrana e também a destinação de recursos públicos pelos municípios participantes, principalmente pelo Município de Nova Serrana.

A união de atores também se mostrou fundamental quando, para consecução dos objetivos, se fazia necessário o aporte de recursos que só poderiam partir do Estado de Minas Gerais, como ilustra bem a fala do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior:

(...) a gente sempre pleiteava em bloco. Por exemplo, se a gente solicitasse uma demanda em específico do Governo do Estado, a gente sempre ia em bloco. Ia o empresariado local, iam representantes da sociedade civil através do Consep, iam os Prefeitos das cidades que compõem a comarca, ia a Delegada Regional, ia o Comandante do batalhão, e a gente sempre ia em bloco mostrando que não era uma questão individualizada de uma ou outra instituição, de um ou outro órgão que estava pleiteando. E a gente sempre se pautava em nossos pleitos por dados, ou seja, não era nada tirado do achismo, sempre eram solicitações lastreadas em dados, comparativos de índices... de criminalidade de cidades de mesmo porte na mesma região, com série histórica de dados, por isso, a gente conseguiu muitas

coisas para Nova Serrana, porque, a autoridade que era destinatária de qualquer um dos nossos pleitos, ao se deparar com aquele quadro comparativo que era muito perceptível de uma situação em Nova Serrana e de outro local análogo, ela não tinha como recusar ou não compor... o nosso pleito porque eram muito evidentes a necessidade e a justiça nos nossos pleitos apresentados (...)

O papel integrativo do Comitê também se realça na facilitação da comunicação e da troca de informações entre seus membros, por proporcionar aos órgãos públicos, forças de segurança e sociedade civil estarem, frente a frente, em uma mesma mesa de deliberação.

Em diversas reuniões vemos essa condição de proximidade e de articulação acontecer com clareza, quando, diante de um assunto abordado por um integrante, o outro traz uma informação complementar que muda a diretriz da ação ou leva a uma nova análise. Vemos que o conjunto das informações apresentadas, aliado à soma de forças para execução das propostas, conseguiu fazer com que as intervenções do Comitê se potencializassem em eficiência, alcançando a melhor solução.

Os trechos da entrevista do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior, abaixo transcritos, trazem essa ideia de união de forças como único meio capaz de alcançar resultados mais gerais e abrangentes:

A gente tem uma lógica na atuação do combate à criminalidade que é uma lógica ainda muito cartorial, uma lógica muito baseada em inquéritos policiais. (...) Sucede que essa lógica de inquéritos, que funciona há séculos, ela é uma lógica que não dá uma resposta efetiva p'ra macrocriminalidade, p'ra criminalidade organizada moderna, por que, ... Porque é uma lógica que fica naquele fato ..., e o que gente percebe..., percebeu, é que há fatos criminosos que são interconectados, tanto em relação a outros fatos criminosos, quanto com relação a outros autores. Ninguém age sozinho e isoladamente, em regra, p'ra esses índices de criminalidade violenta. Então, a partir dessa visão de que era preciso avançar na integração, o Comitê de Intervenção, primeiro, aproximou esses atores, p'ra que, a partir dessa aproximação, fosse feito um trabalho direcionado, com uma visão global, por exemplo, com as várias operações que a gente fez junto com a polícia militar e polícia civil. E, em segundo lugar, o Comitê de Intervenção Estratégica, ele com o seu peso político de articulação, foi capaz de trazer repostas pra entaves burocráticos. (...)

Todas essas observações ilustram bem como a aproximação promovida pelo Comitê em estudo promoveu soluções para demandas da segurança pública local, com agilidade e eficiência e que, de outra forma, não se resolveriam sem passar pelo processo lento e segregado das vias institucionais comuns.

4.3 Resultados alcançados pelo Ministério Público de Nova Serrana que tiveram como condição necessária a intervenção do Comitê

Um grande leque de propostas apresentadas nas reuniões do Comitê de

Intervenção Estratégica partiram do Ministério Público de Nova Serrana.

Como relatado no capítulo 2, o Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior foi o responsável por sugerir a esmagadora maioria das ações desenvolvidas pelo instituto estudado.

Mas aqui queremos destacar um ponto interessante: ações e resultados visados pelo Ministério Público de Nova Serrana, os quais só foram atingidos porque o órgão ministerial contou com o suporte oferecido pelo Comitê.

Nesse sentido, destaca-se a atuação do Comitê em relação à prática de atos infracionais.

Como relatado no capítulo 2, ainda que não tenha se efetivado a proposta de construção em Nova Serrana de um centro de internação-sanção, as tratativas do Comitê conseguiram a importante garantia, dada pelos gestores do sistema socioeducativo do Estado de Minas Gerais, de reservar o número mínimo de 25 vagas para cumprimento de medida de internação para adolescentes da Comarca.

Ademais, as ações do Comitê foram primordiais para a reestruturação do Creas de Nova Serrana, no que pertine ao acompanhamento de adolescentes no cumprimento de medidas em meio aberto, tornando esse acompanhamento mais ágil e efetivo.

A essas intervenções, aliadas a outras ações que impactaram na redução da criminalidade de Nova Serrana, atribuímos a expressiva queda no número de atos infracionais registrados na Comarca.

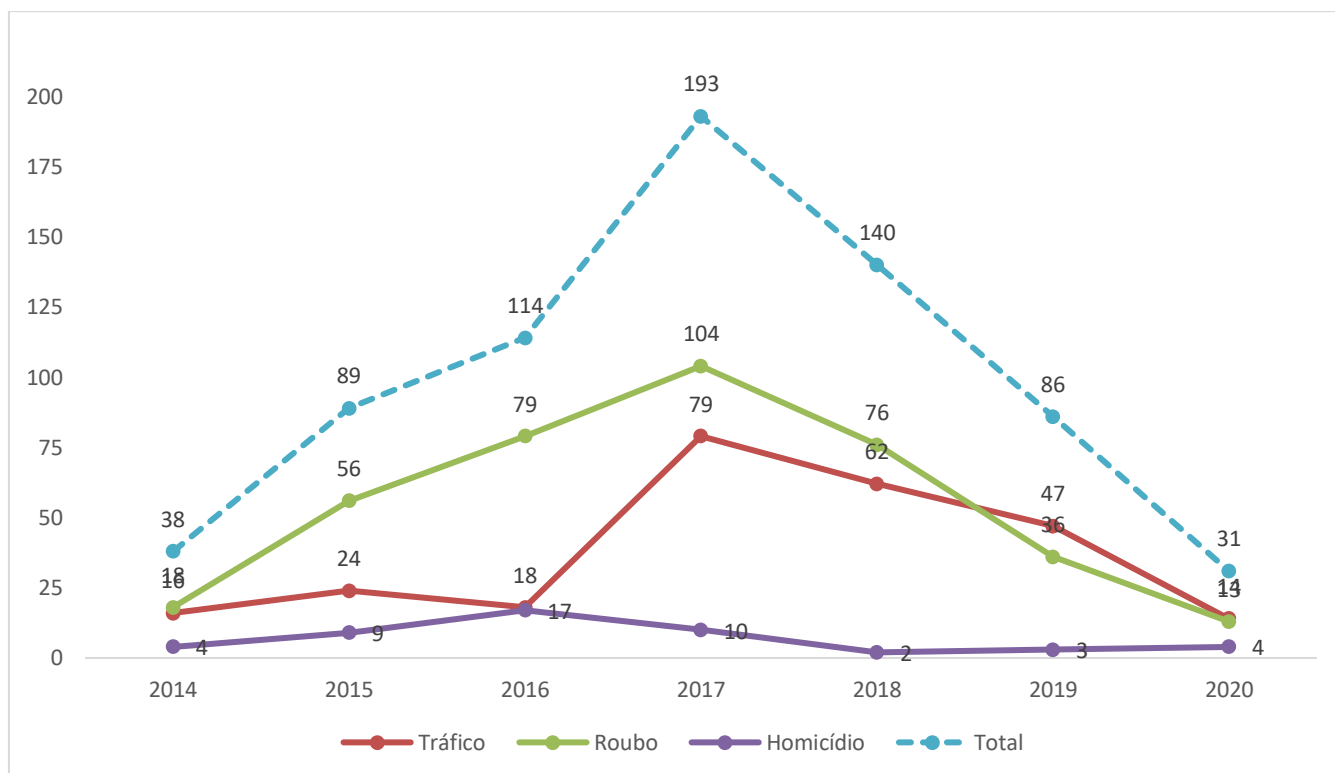
Para ilustrar esses resultados, apontamos abaixo o número representações feitas pelo Ministério Público de Nova Serrana pela prática de atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de homicídio, tentados ou consumados, e de tráfico de drogas, nos anos de 2014 a 2020:

Tabela 7 – Representações feitas pelo Ministério Público de Nova Serrana, por atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de homicídio, tentados ou consumados, e de tráfico de drogas, nos anos de 2014 a 2020.

Ano	Tráfico	Roubo	Homicídio	Total
2014	16	18	4	38
2015	24	56	9	89
2016	18	79	17	114
2017	79	104	10	193
2018	62	76	2	140
2019	47	36	3	86
2020	14	13	4	31

Elaboração própria com base nos arquivos da 4ª Promotoria de Justiça de Nova Serrana. Obs: Alguns atos infracionais tiveram mais de um adolescente como autores, sendo computado o número de adolescentes representados.

Gráfico 5: Representações feitas por atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de homicídio, tentados ou consumados, e de tráfico de drogas, nos anos de 2014 a 2020



Elaboração própria com base nos arquivos da 4ª Promotoria de Justiça de Nova Serrana

A escolha dos atos infracionais análogos aos crimes acima descritos se deu pelo fato de serem os atos que, normalmente, dão ensejo à aplicação de medida socioeducativa de internação.

Pelos dados apresentados, vê-se que o ano de 2017, em que tiveram início as intervenções do Comitê, foi um ano crucial.

As linhas do total de atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de tráfico estavam ascendentes até 2017 e caíram depois, voltando aos mesmos patamares de 2014.

No caso dos homicídios foi um pouco diferente. A queda começou um pouco antes, em 2016. Esse ano apresenta um ponto extremo no número de adolescentes representados por atos infracionais análogos ao crime de homicídio, o que pode ser explicado, em parte, pela existência de adolescentes autores de mais de um ato infracional e também pela ocorrência de atos praticados a mando de quadrilhas, alguns

ocorridos antes de 2016, mas com investigações encerradas nesse ano.

No geral, tudo indica que as ações do Comitê interromperam uma trajetória de crescimento da criminalidade, fazendo as estatísticas voltarem aos patamares de 2014.

O feito inédito alcançado pelo Comitê, de um número mínimo de vagas, com a consequente apreensão imediata de adolescentes reiterados na prática infracional ano de 2017, foi imprescindível para esse resultado.

Ora, os membros do Ministério Público de Minas Gerais, atuantes em comarcas desprovidas de um Centro Socioeducativo em seus territórios, sabem bem como é dificultoso o acesso a vagas para internação de adolescentes.

Esse cenário não era diferente em Nova Serrana. Contudo, a partir das intervenções do Comitê, buscando, junto aos órgãos da Sejusp, a criação de um centro de internação-sanção, os ajustes para tanto, embora frustrados, deram ensejo à garantia de um número mínimo de vagas para internação de adolescentes oriundos da Comarca.

Tal resultado o Ministério Público não conseguiria agindo sozinho.

Foram as intervenções do Comitê e o poder econômico exercido pelo Sindinova que fizeram o Gestor Estadual enxergar a situação alarmante em que se encontrava o Sistema de Justiça da Infância e Juventude de Nova Serrana e que o instituto não estava disposto a aceitar uma resposta que não fosse capaz de solucionar o problema.

Em sua entrevista, a Promotora de Justiça Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso afirmou que:

Eu acho que Nova Serrana é um polo muito importante calçadista do Brasil, o terceiro maior polo calçadista, salvo engano em se tratando de calçado esportivo ele é o primeiro. O fato é que ele tem um poder econômico muito grande e ele é responsável por uma parcela bem relevante dos recolhimentos dos tributos. Não sejamos inocentes de que a política não sofre uma influência do poder econômico. A partir do momento que o Sindinova comprou as nossas ideias, comprou as ideias do doutor Alderico, digamos assim, ele entendeu que o combate à criminalidade tinha seu viés no Sistema de Justiça e ele nos apoiou nesse sentido, eu acho que foi fundamental.
(...)
... o papel do Sindinova foi fundamental, eu acho que se ele não tivesse dado essa... se ele não tivesse vindo ao nosso encontro, o Comitê não teria acontecido. O pontapé foi dele.

A força direcionada pelo Comitê para a construção do centro de internação foi tamanha e de forma tão bem coordenada, que acabou por conseguir um resultado, nunca imaginado pelo Ministério Público de Nova Serrana: a garantia de um número tão expressivo de vagas.

Podemos concluir que o Comitê, ao lutar pelo mais (a criação do centro de internação-sanção), conseguiu o melhor (a garantia de vagas), porque, devido à queda

dos índices de criminalidade e de envolvimento de adolescentes na prática infracional, há, atualmente, uma necessidade muito pequena de vagas.

Durante todo o ano de 2020, a Comarca demandou a internação de sete adolescentes, nenhum deles para cumprimento da internação-sanção. O centro de internação-sanção, caso construído, estaria, portanto, ocioso.

Oxalá cada vez mais comarcas conseguissem a diminuição da demanda pela privação da liberdade das pessoas.

Também as intervenções do Comitê voltadas para a fiscalização do cumprimento de penas no Presídio de Nova Serrana, com o reforço das vistorias nas celas, monitoramento das saídas dos detentos e a realização de exames para detecção do uso de drogas pelos presos, demonstram claramente como a atuação do instituto é importante.

Mesmo que as propostas de ações tenham partido do Ministério Público, na pessoa do Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior, essas propostas demandariam várias reuniões, expedição de ofícios e telefonemas, até ser conseguida a necessária integração entre Polícia Militar e Polícia Penal na forma como foi vista na ação desenvolvida pelo Comitê.

O Ministério Público também precisaria envidar os mesmos esforços para conseguir o apoio do Consep de Nova Serrana e do Sindinova para a obtenção de recursos para o custeio dos exames toxicológicos.

Tais esforços ainda deveriam ser periodicamente renovados, para avaliações e novos ajustes.

De fato, o apoio da Polícia Militar, no monitoramento de presos, aliado ao trabalho dos agentes penitenciários de vistorias nas celas, reforçados pela realização de exames toxicológicos, organizados pela direção do Presídio e custeados com o apoio do Consep e do Sindinova, promoveu o completo saneamento de todo o Sistema Prisional da Comarca.

A reunião mensal de todas essas instituições proporcionada pelo Comitê facilitou sobremaneira essa integração de atores em um trabalho conjunto.

Por fim, um resultado que somente foi alcançado devido ao trabalho desenvolvido pelo Comitê foi o retorno para a Comarca de Nova Serrana dos valores retirados pela Presidência do TJMG das verbas das penas de prestação pecuniária.

Tal ação foi coordenada pelo Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior. Contudo, o argumento basilar para a devolução dos valores foi o trabalho desenvolvido ao longo de anos pelo Comitê e a existência de projetos já apresentados no fórum de Nova Serrana, destinados ao recebimento das verbas e elaborados pela ação do instituto.

Dessa forma, podemos dizer que o trabalho de liderança e protagonismo desempenhado pelo Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior, e que contou também com a participação da Promotora Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso nos anos iniciais, alcançou resultados exitosos porque foi sustentado pela força representada pelo Comitê.

4.4 Mudanças institucionais promovidas pelo Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública da Comarca de Nova Serrana

Como vimos, a união de atores locais proporcionada pelo Comitê acarretou importantes melhorias na segurança pública da Comarca de Nova Serrana. Contudo, aqui queremos chamar a atenção para mudanças causadas pelo instituto no âmbito interno das instituições que o integram.

Como já dito, foram grandes os resultados alcançados pelo Ministério Público com o auxílio indispensável do Comitê, principalmente, na melhoria das condições de aplicação de medidas socioeducativas e de execução das penas privativas de liberdade.

Além dessas mudanças, que atingiram focos externos e com resultados na atividade fim do Ministério Público, o órgão empreendeu mudanças internas, no seu fluxo de trabalho e na sua forma de organização.

Em entrevista concedida para elaboração do presente trabalho, o Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior afirmou, em relação aos efeitos produzidos pelo Comitê no Ministério Público de Nova Serrana:

... na sistemática interna da minha promotoria trouxe sensíveis mudanças, porque primeiro, como eu disse, a gente parou de pensar numa lógica de inquérito focado em ilhas. Então a gente buscou, sempre na análise de inquéritos, traçar vínculos entre fatos diversos.

Segundo, passamos para uma lógica de fazer várias operações em conjunto com a polícia militar e polícia civil pra ter essa visão globalizada da questão da macrocriminalidade.

Terceiro, uma atribuição que era minha também da execução penal, a gente mudou completamente a execução penal na 3ª Promotoria de Justiça de Nova Serrana. Porque, ao invés de ser simplesmente um mero parecerista, (...) o MP que simplesmente dá parecer, que faz manifestação processual, pra, efetivamente, fiscalizar a execução das pessoas privadas de liberdade em Nova Serrana, nos três regimes e até mesmo no livramento condicional, pra que efetivamente essas pessoas cumpram a reprimenda imposta pela justiça e, ao passo que, se a gente simplesmente fica na (...) de manifestação processual, a gente não consegue ter essa fiscalização preventiva.

Então, no processo de conhecimento mudou a lógica, porque passou para uma lógica de visão global do problema da criminalidade, não numa visão baseada em inquéritos isolados. E no âmbito da execução penal, passou de uma lógica de meramente manifestações processuais para sair do gabinete e, efetivamente, fiscalizar a execução penal.

Em sua entrevista, a Promotora de Justiça Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso, quando questionada sobre os efeitos que as ações do Comitê surtiram nas atividades funcionais por ela desempenhadas, afirmou que:

Os efeitos podem ser mais concretamente visualizados na área da infância e adolescência, nos atos infracionais. (...) a possibilidade de a gente ter o serviço de inteligência da polícia militar e a polícia civil (...) ao nosso lado, mais diretamente, com um diálogo aberto, assim, pra seleção dos adolescentes mais reiterados... Porque a gente sabe que nem sempre é possível apreender em flagrante o adolescente infrator do ato infracional, mas a gente sabe que esses serviços de inteligência conseguem levantar que ele foi o autor de determinado ato. (...) a gente poder neutralizar alguns adolescentes que mais reiteradamente eram os autores dos crimes patrimoniais violentos, (...) isso surtiu um efeito muito importante na atuação nossa lá. (...) Também o fato da gente ter esse canal aberto com a Suase para obtenção das vagas de internação. (...) a gente chegou a ter 27 adolescentes de Nova Serrana acautelados,...

A mesma promotora ressaltou, ainda, como mudança institucional promovida no Ministério Público de Nova Serrana pela ação do Comitê, a criação de um fluxo de trabalho voltado para o acompanhamento dos adolescentes apreendidos em flagrante, elaborado em conjunto pelo órgão ministerial, Creas e Polícia Civil.

Mediante esse fluxo, ficou estipulado um passo-a-passo voltado para garantir celeridade e eficiência no atendimento dos adolescentes infratores, indo desde a apreensão em flagrante até o primeiro acolhimento no Creas, além da comunicação direta desse último ao Ministério Público de adolescentes evadidos do cumprimento da medida socioeducativa.

Assim, além do Ministério Público, esse fluxo de trabalho, criado mediante a aproximação dos atores conduzida pelo Comitê, promoveu mudanças também na organização do Creas e da Polícia Civil.

Essa mudança gerada na organização do Creas teve, antes, que passar pelo próprio Município de Nova Serrana, ente responsável pela gestão do equipamento e que passou a ver de forma diferente um serviço público de sua competência, por meio da aproximação de atores promovida pelo Comitê. Nesse sentido, também se mostra importante a fala da Promotora Maria Tereza:

(...)

A infância e adolescência, a prática de atos infracionais, ela era latente em Nova Serrana (...), parecia uma coisa sem solução. Mas a presença do município lá, do executivo municipal..., já pelo prefeito Euzébio Lago, fez com que o Creas fosse melhor estruturado. (...) a coordenadora do Creas criou uma equipe específica para as medidas socioeducativas. Andreia esteve..., que era então a coordenadora do Creas, ela esteve presente em algumas reuniões, ela entendeu a dinâmica das medidas socioeducativas, ela fez um plano, os planos que a legislação exige para o cumprimento das medidas, ela passou..., ela se inteirou, ela buscou conhecimento. Então assim, a partir do momento em que nós..., digamos assim, cutucamos o município..., numa mesa com todos esses representantes (...), o município foi

acionado diretamente dessa obrigação, que ele tinha e que ele cumpria muito precariamente. Então, essa é uma das coisas que, assim, eu vejo que foi estruturada mesmo. (...)

Por fim, entendemos que o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública também promoveu mudanças internas no Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana, o Sindinova.

Podemos dizer que o instituto em estudo ampliou a atuação do Sindinova para um campo inédito, acordando no sindicato a sua força de atuação em políticas públicas para além do âmbito econômico-industrial, força que ele detém por representar uma região de grande importância econômica para o estado.

Na entrevista concedida por Pedro Gomes da Silva, presidente do Sindinova quando da criação do Comitê e seu atual vice-presidente, podemos observar em sua fala, essa percepção de ingresso do Sindinova, por meio do Comitê, em um âmbito ainda não pensado pelo sindicato:

A questão da criação do Comitê não foi nem uma ideia, foi a situação do momento. Houve um crime que eu não me lembro quem era o empresário, ele foi assaltado, (...) E aí o pessoal, as indústrias vieram em cima do sindicato. (...) E querendo uma solução, porque o cara (o empresário) não podia ser preso daquela maneira, por conta de um assalto que ele teve, o cara foi assaltar ele dentro do estabelecimento dele e ele cometeu o crime. Então nós marcamos pro dia seguinte uma reunião. Eu tive a ideia de convidar o promotor, de convidar o comandante da polícia militar, convidar as autoridades constituídas, nós convidamos pra resolver isso. E, na verdade, se arrumou uma saída que ele (o empresário) foi liberado. A partir desse dia, nós então resolvemos fazer uma reunião mensal. Aí na segunda ou terceira reunião, nós criamos o (Comitê) pra auxiliar exatamente nessas situações que vinham ocorrendo. Daí pra frente o Comitê tomou um vulto inesperado pra gente, porque daí nós passamos a participar da questão da segurança do município, através do nosso promotor, o doutor Alderico, que aí assumiu a coordenação das nossas reuniões. A gente abria a reunião, ele fazia a coordenação. E aí o envolvimento foi muito grande que tomou a consistência que tem hoje.

A ampliação do âmbito de atuação do Sindinova se confirma também pelo fato de ter sido criado, a partir da experiência com o Comitê em estudo, um outro órgão deliberativo, integrado por representantes da sociedade e com finalidade de propor e acompanhar a execução de políticas públicas junto à Câmara de Vereadores e Prefeitura de Nova Serrana.

Chamado de Conselho Estratégico de Desenvolvimento Econômico, esse órgão é encabeçado pelo Sindinova e CDL de Nova Serrana e está em atuação no município há cerca de dois anos.

Por fim, como mudança institucional promovida pelo Comitê no âmbito interno de seus atores, temos a alteração provocada no Consep, conselho comunitário criado em Nova Serrana há vários anos, cuja atuação anteriormente estava quase exclusivamente

voltada para auxiliar a Polícia Militar.

Pudemos observar pelas atas e também pelas entrevistas concedidas que, a partir das ações desenvolvidas pelo Comitê, o Consep de Nova Serrana ampliou sua rede de relações, para abranger as demais forças de segurança do município.

Assim, as ações do Comitê de Intervenção Estratégica alcançaram resultados importantes para a segurança pública de Nova Serrana, fortalecendo seus atores, influenciando na atuação individual deles quando essa atuação demandava uma visão mais global dos fatores locais da criminalidade e, outras vezes, agregando suas potencialidades quando o problema apresentado pedia a atuação conjunta das instituições, como sendo uma só.

4.5 Resumindo e comentando os resultados

Como visto, os números dos registros criminais na Comarca de Nova Serrana chamam a atenção por apresentarem uma redução da criminalidade violenta acima da média da região e também do estado, mesmo diante de um crescimento demográfico muito expressivo.

Diante de todo o cenário exposto e dos impactos e mudanças narrados, não podemos afirmar que a queda dos índices de criminalidade na Comarca de Nova Serrana seja consequência direta e exclusiva da intervenção do Comitê em estudo.

Todo o trabalho desenvolvido pelas forças de segurança na Comarca tem seu mérito nas próprias instituições que o desempenharam.

Ocorre que, como observado, muitas ações desenvolvidas de forma individual por cada instituição pública atuante na Comarca de Nova Serrana tiveram o apoio do instituto em análise ou se originaram de propostas apresentadas nas reuniões do Comitê.

Por outro lado, entendemos que os índices fornecidos pela Sejusp não são o único parâmetro para se verificar os resultados alçados, se fazendo importante usar outros elementos para auxiliar na leitura dos números.

Assim, é que procuramos demonstrar, também pela análise de documentos e outros registros e pelas entrevistas realizadas, que as ações do Comitê de Intervenção Estratégica também foram fundamentais no alcance de resultados importantes para a segurança pública de Nova Serrana, seja fortalecendo as forças de segurança pública da Comarca, seja atuando conjuntamente sobre um problema apresentado ou, ainda, promovendo mudanças no âmbito interno de alguns de seus atores.

Dessa forma, constatamos que o trabalho desenvolvido pelo instituto foi de suma

importância para a segurança pública de Nova Serrana, ficando evidente que a visão estratégica do Comitê de, a partir da presença e participação conjunta de órgãos e instituições, ampliar a atuação das forças de segurança para atingir de forma mais global os fatores locais da criminalidade, gerou efeitos que só foram possíveis pela intervenção do instituto.

Podemos afirmar que a intenção precípua do Comitê é o fortalecimento das instituições e seu caminhar por si só, com a maior desenvoltura e eficiência possíveis, cientes de poder contar com um suporte a mais, que é a integração e a visão de conjunto promovidas pelo Comitê. Ao mesmo tempo, essa integração gerada pelo instituto consegue trazer o que cada instituição tem como ponto forte, para uma atuação de inteligência e estratégia capaz de atingir o ponto crucial, visualizado a partir das circunstâncias.

5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, procuramos conhecer o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana, como ele foi criado, quais são seus integrantes e como desenvolve suas ações e que resultados tem produzido.

Verificamos que o município de Nova Serrana já tinha um histórico de buscar sanar falhas na estruturação de serviços de segurança pública, com a construção de imóveis ou cessão de espaços públicos para instalação de serviços prestados pelo Estado de Minas Gerais.

Em grande parte, essa ingerência se dava pelos alarmantes índices de criminalidade apresentados pelo município, devido à sua característica de crescimento acelerado e não planejado.

É importante registrar que o município de Nova Serrana, ao longo de sua história, contou com outros grupos, formados por autoridades e cidadãos, com o objetivo de discutir problemas de segurança pública e que alcançaram bons resultados na redução da criminalidade, mas esses grupos se dissolveram após algum tempo.

O próprio Consep, principalmente durante os anos iniciais de sua criação, conseguiu reunir pessoas e instituições com disposição para lutar por melhorias na segurança pública do município, tendo suas ações, contudo, ficado num âmbito mais restrito.

O Comitê de Intervenção também demonstra esse viés de integração de instituições com ânimo para agir propositivamente e de buscar melhores condições estruturais para os serviços de segurança pública.

Como pudemos verificar, muitas formam as propostas do Comitê que conseguiram gerar grandes resultados na melhoria da estrutura policial e também do sistema prisional local.

No entanto, concluímos que o seu elemento fundamental, caracterizador de sua essência, é o agir estrategicamente, o buscar soluções e saídas inteligentes e com uma visão de macrocriminalidade, ou seja, partindo de pontos específicos, traçar paralelos com outros, buscando interferir e incidir a força conjunta de seus integrantes no cerne do problema apresentado.

Esse tipo de atuação na defesa do direito à segurança se mostra urgente e necessária. O voltar-se para os fatores que desencadeiam a violência e a prática de crimes, por vezes neutralizando e segregando indivíduos específicos, pode ser

fundamental para se prevenir o envolvimento daqueles atores periféricos que comporiam a nossa imensa massa carcerária se essa ação não fosse adotada.

Sob esse prisma, procuramos analisar as ações desenvolvidas pelo Comitê e, com base nos índices e dados apurados, foi possível constatar que o instituto promoveu importantes resultados na melhoria dos serviços de segurança pública de toda a Comarca de Nova Serrana, por meio dessa visão estratégica e de inteligência.

Verificamos, ainda, que esses resultados só foram possíveis porque as instituições que compõem o Comitê se propuseram a agir de forma integrada e com envolvimento amplo e generoso sobre os problemas detectados. Em outras palavras, os membros do Comitê agiram com objetivo, senso de coletividade e vontade de fazer.

Procuramos ainda entender como esse agir com propósito de resolução levou o Ministério Público da Comarca de Nova Serrana a ampliar horizontes em uma área que vem desde os primórdios de sua criação – a persecução penal – e que se apresenta com um *modus operandi* já consolidado e sem muita inovação criativa.

Ao buscar sair do campo restrito da ação judicial, o Ministério Público de Nova Serrana foi capaz de dar respostas mais rápidas e efetivas para a salvaguarda de um direito fundamental que é o direito à segurança, aqui pensado como o estado de proteção que permita aos cidadãos gozarem de plenos direitos em sociedade.

Interessante notar que, no presente caso, o Ministério Público não mudou sozinho. Ao ampliar seu campo de ação, ele levou consigo as instituições públicas e sociais da Comarca, que também ampliaram a consciência de sua força política, capacidade de agir coletivamente e de ter uma visão de conjunto e de busca da efetivação de direitos sociais e políticos.

Passadas mais de três décadas da promulgação da nossa Constituição, a sociedade brasileira ainda traz a ideia de que o principal papel do Ministério Público é o de acusar pessoas pelo cometimento de crimes e, em segundo lugar, o de acompanhar processos cíveis envolvendo interesses de incapazes.

Na outra ponta, a atribuição do Ministério Público de defesa da democracia e dos interesses sociais é quase desconhecida pela maioria da população.

O fato é que grande parte dos cidadãos brasileiros não sabe com clareza qual é a função de cada um dos poderes da república e se perde nesse emaranhado burocrático que é a máquina administrativa.

Por outro lado, no âmbito institucional do Ministério Público, podemos observar que, já há um bom tempo, são empreendidos esforços, por meio de recomendações,

adoção de metas e planejamento estratégico, para que a instituição passe de uma atuação demandista para o Ministério Público resolutivo. Passe de um órgão preso às ações judiciais, para uma instituição capaz de alcançar os objetivos de seu perfil constitucional, por meio de uma atuação orientada para a resolução concreta das situações de inefetividade dos direitos, no menor tempo e custo social possíveis.

Ainda que o Ministério Público de Minas Gerais tenha se instrumentalizado, por meio de coordenadorias e de centros de apoio e de aperfeiçoamento institucional, para promover a ampliação de sua atuação como defensor dos interesses da sociedade, continua grande o número de membros da instituição que se sentem mais atraídos para a atuação demandista e acusatória.

Às vezes isso se dá pelo próprio perfil profissional do membro, mas vemos que a dificuldade de atuação nas áreas sociais e de implementação de direitos desincentiva a muitos. A nem sempre visibilidade dos resultados alcançados, que vêm com demora de longos anos, a perseguição política muitas vezes empreendida para neutralizar tais membros, além da troca frequente de promotores nas comarcas do interior e a sobrecarga de trabalho, são forças desestimuladoras da atuação do defensor da sociedade.

Vemos que um órgão apenas, lutando contra toda a máquina estatal, que aprendeu a girar em torno de vícios e desvios, os quais favorecem interesses particulares e de grupos econômicos e não da coletividade, parece tarefa impossível e muitas vezes é.

Muitas lutas e trabalhos, alguns levados por anos a fio, empreendidos por promotores e promotoras de justiça, no âmbito da defesa da democracia e dos direitos sociais, acabam no vazio e no desprestígio de decisões judiciais reformadas em instâncias superiores, ou no emprego das forças estatais para anular os seus efeitos.

Por outro lado, como ensina o professor e coordenador do presente curso de pós-graduação, Leonardo Avritzer, a ineficiência no trato com a coisa pública é a porta aberta para a corrupção.

Obras e serviços públicos mal planejados e mal executados levam à necessidade constante de reformas e reparos ou de descontinuação dos serviços, com novas contratações e aporte de recursos, abrindo o leque de possibilidades de desvios e de negociações escusas, se perdendo a fiscalização e responsabilização dos agentes pela sucessão de governos ou pela demora burocrática e judicial.

Na área da segurança pública, vemos que a ineficiência dos serviços prestados, além dos desvios e da corrupção promovida, acaba gerando o efeito nefasto de condenar

e segregar, em sua esmagadora maioria, a população de baixa renda, deixando o sistema de segurança e de justiça ocupado, de forma quase exclusiva, em reprimir e segregar, sem conseguir agir na defesa da sociedade e dos direitos civis e humanos.

Lutar por serviços e políticas públicas eficientes e de qualidade talvez seja a melhor forma de o Ministério Público atacar e minar a fonte da corrupção, e não a visão distorcida de atacar e criminalizar o sistema político e partidário, que se sobressaiu no sistema de justiça brasileiro nos últimos anos.

Essa luta só é possível por meio da atuação resolutiva.

Entretanto, os membros do Ministério Público, como já dito, não conseguem avançar sozinhos e isolados, contra tantas forças e interesses contrários, nessa árdua tarefa de promover os objetivos da república e a salvaguarda dos direitos fundamentais.

E aqui entra o que vislumbramos com o Comitê de Intervenção Estratégica na Segurança Pública de Nova Serrana.

Por trás de todas as características e resultados destacados ao longo do presente trabalho, o instituto tem como uma das suas principais forças motoras a atuação resolutiva brilhantemente desempenhada pelo Promotor de Justiça Alderico de Carvalho Júnior, e também pela Promotora de Justiça Maria Tereza Diniz Alcantara Damaso em seu período inicial.

Com a iniciativa do Sindinova e o suporte da influência do poder econômico por ele oferecido, os promotores já citados trabalharam em conjunto com os órgãos públicos e instituições integrantes do Comitê, identificando os problemas da segurança pública na Comarca, propondo soluções e apontando caminhos.

O papel exercido pelo Promotor Alderico de Carvalho Júnior de coordenação dos trabalhos do Comitê foi fundamental para o fortalecimento e consolidação do instituto, tomando a envergadura apresentada neste trabalho.

Nas entrevistas realizadas, a atuação do *Parquet* foi apontada como um diferencial do Comitê de Intervenção Estratégica de outros grupos que o precederam, voltados para a atuação na segurança pública de Nova Serrana.

Importante notar que a liderança exercida pelo membro do Ministério Público foi de direcionamento e coordenação, mas sem usurpar a autonomia de cada instituição integrante do Comitê e sempre deixando a palavra final para o consenso dos membros presentes.

O papel de referido promotor foi primordial também para a consolidação do Comitê em torno da sua característica fundamental, aqui já destacada: o propósito de agir sempre

de forma articulada e planejada, com estratégica e foco na dimensão mais ampla dos problemas apresentados.

Mas, como vimos, o *Parquet* não teria conseguido tais resultados atuando isolado. Mesmo agindo resolutivamente, se o órgão ministerial não tivesse contado com a força das outras instituições e da sociedade civil, que se puseram ao seu lado, endossando o seu direcionamento, contando, ainda, com a facilitação desse apoio e proximidade de relações gerada pelo Comitê de Intervenção Estratégica, muitas de suas propostas não teriam saído do plano das ideias.

Quando o membro do MP não trabalha sozinho, mais busca o apoio de outros órgãos públicos e, principalmente, traz a sociedade organizada para lutar pela efetivação de seus direitos, ele se torna capaz de ir mais longe e de alcançar melhores resultados.

Ainda que a atuação vista no Comitê dependa muito do voluntarismo individual do membro do Ministério Público, havendo risco do enfraquecimento do processo por ocasião de sua saída, acreditamos que, com o estado de consciência política alcançado pela sociedade local, sabedora de seu papel na propulsão da democracia, ela aprende a buscar novos caminhos e a encontrar a força das burocracias para usá-la a seu favor na defesa de seus direitos.

Por outro lado, mesmo que a sociedade aprenda a caminhar sem o suporte resolutivo do órgão ministerial, o exemplo nos dado pelo Comitê de Intervenção é de que o Ministério Público não conseguirá avançar sua agenda na defesa dos direitos sociais sem somar forças com outros atores.

A complexa tarefa de órgão de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos indisponíveis alçada pelo Ministério Público com a Constituição Federal de 1988 não pode ser cumprida, se o órgão não trazer a sociedade e outras instituições públicas para junto de si. O *Parquet* não será capaz de agir na defesa da sociedade se a sua ação não for legitimada e fortalecida pela própria sociedade a ser defendida.

6 Referências

ANUNCIADA a construção da nova Delegacia Regional da Polícia Civil em Nova Serrana. **O Popular**, Nova Serrana, p. 3, 04 de mar. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de out. 1988.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/4891/>>. Acesso em: 6 de nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE, cidades, Araújos, panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araujos/panorama>>. Acesso em 30 de out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE, cidades, Nova Serrana, panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/nova-serrana/panorama>>. Acesso em 30 de out. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. IBGE, cidades, Perdígão, panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/perdigao/panorama>>. Acesso em 30 de out. 2020.

MEIO milhão para a segurança pública em Nova Serrana: Conselho Municipal de Segurança Pública e Promotoria recuperam na justiça junto ao TJMG cerca de R\$ 500 mil em recursos que serão destinados para a promoção de segurança pública em Nova Serrana. **O Popular**, Nova Serrana, p. 3, 23 de set. de 2020.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral. **Ações de Comando no 60º BPM: 2017-2020**. Nova Serrana. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Missão, Visão e Valores. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/planejamento-institucional/planejamento-estrategico/missao-visao-valores/missao-visao-valores.htm>>. Acesso em: 4 de mar. 2021.

MISSÃO cumprida: Índices de criminalidade têm redução e ficam abaixo dos obtidos há 10 anos. **O Popular**, Nova Serrana, edição nº 1804, p. 3, 23 de set. de 2020.

NOVA SERRANA (Município). **Prefeitura Nova Serrana**, 27 de mai. 2019. Notícias. Nova Serrana mais segura: Governo municipal comemora entrega de viaturas e queda nos índices criminais. Disponível em: <
<https://www.novaserrana.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/2965/nova-serrana-mais-segura/>>.
Acesso em: 12 de ago. de 2020.

PIMENTA, Wemerson Lino. **Crime de roubo à mão armada com uso de motocicleta na cidade de Nova Serrana em 2010: análise da redução de sua incidência em face de ações preventiva específica e repressiva qualificada**. 2011. Monografia (Especialização em Segurança Pública). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 2011.

Portal Minas em Números: <http://www.numeros.mg.gov.br>

RIBEIRO, Ludmila M. L.; DUARTE, Thaís Lemos. Promovendo a justiça na área de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos? Quem são e como atuam os membros do Ministério Público. In: MARONA, Marjorie Corrêa; DEL RIO, Andrés (Org.). **Justiça no Brasil: às margens da democracia**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. p. 99-126.

SADEK, Maria Tereza. A construção de um novo Ministério Público Resolutivo. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 12, p. 130-139, jan./jun. 2009a.

SANTOS, M. *et al.* **Financiamento de Campanha e Lobbying Empresarial nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados**. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2622).